



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento Economia Política

Desenvolvimento Local da Comunidade “Ponta Nobo”

Maria Justado Souto Amado

Trabalho de Projeto submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador: Doutor Rogério Roque Amaro, professor associado de departamento da Economia Política

ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2018

Agradecimento

Primeiramente gostaria de agradecer à Deus por me ter dado a força de nunca desistir. Em seguida quero agradecer a toda a minha família que mesmo estando longe sempre prestaram os seus apoios da melhor forma possível. Principalmente a minha mãe Sónia Amado que sempre me disse, "sufri son ano ta passa rápido" e realmente o ano passa rápido senão, não estaria aqui a agradecer. Também agradeço ao meu pai Justino Amado que incansavelmente disse me assim, já faltou mais, aguenta só mais um pouco, já estás na reta final. Gostaria ainda de agradecer ao meu Orientador Dr. Rogério Roque Amaro, que me apoiou e com ajuda dele e com os meus esforços, fizeram com que chegasse aqui. Não podia deixar de agradecer o meu namorado Edmilson Santos (meu bambino), que muitas vezes testemunhou o meu cansaço e desabafo. Aturou várias vezes as minhas lamentações que só me dizia, está quase "mor"! Agradeço ao meu cunhado por me ter ajudado com as formatações do trabalho. Agradeço a todos os meus amigos que diretamente e indiretamente apoiaram me, e encorajaram me para nunca desistir. E agradeço aqueles que colaboraram através das suas entrevistas, Fode Mane, Daniel Cassama, Bobo Baldé, Adolfo Gomes Sa, Lesmes Monteiro, Saibana Baldé, Edson Incopté, Yanick Miranda, Manuel Batista, Francisca Pereira, Benjamim Sanca, Quité Djata, Boaventura Santy, Aliu Gomes e João Paulo Pinto Có. Agradeço a comunidade a qual é meu objeto de estudo, por acolherem a mim e o meu projeto tão bem e humildemente prestaram as suas disposições. É claro que não podia esquecer da minha amiga especial, a senhora de quase 80 e poucos anos, que várias vezes incentivou a lutar e nunca desistir.

RESUMO

O objetivo deste trabalho concerne na erradicação da pobreza nas comunidades rurais da Guiné-Bissau. Nomeei a comunidade “Ponta Nobo” para este projeto-piloto, e eventualmente alargar os estudos para outras comunidades, dependendo do impacto que poderá ter ao longo do tempo. No desenvolvimento deste projeto, procurei perceber, o impacto que a construção de uma unidade de conservação de produtos agrícolas teria na comunidade de “ponta nobo” e se contribuiria para erradicar a pobreza. Procurei também analisar, como posso utilizar os princípios da economia solidária como contributo para desenvolvimento das comunidades rurais em especial na comunidade “ponta nobo”, utilizando assim, várias bibliografias que falam deste conceito e também sobre os restantes conceitos que fazem parte desta investigação e os recursos obtidos no campo do estudo. Quanto ao método e técnica da investigação, escolhi o método qualitativo e a entrevista como a técnica para desenvolver o trabalho no campo do estudo.

Palavra-Chave: Pobreza; Desenvolvimento comunitário/local; Economia solidária e Desenvolvimento sustentável

‘SUMMARY

This work objective concerns on the eradication of the poverty in the rural communities of Guinea-Bissau. I have selected the community “Ponta Nobo” for this pilot project, eventually to expand the studies to other communities, depending on the impact that it will have in time. In the development of this project, I have tried to understand, the impact that the construction of agricultural products conservation unit would have in the community of “Ponta Nobo” and if it can contribute to eradicate the poverty. I have tried to analyse how I can use the solidarity economy principles as a contribute to the development of the rural communities in particular the “Ponta Nobo” community, using this way several bibliographies that talk about this concept and also about the rest of the concepts that make part of this investigation e the resources obtained in this field of study. The method selected is the technique of investigation, the quantitative method and the interview as the technique to develop the work in the field of study.

Keywords: Poverty, Local/Community Development, Solidarity Economy, and sustainable development

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I- O conceito da Pobreza.....	8
1.1-A abordagem direta	10
1.2-A abordagem indireta	10
1.3- A abordagem absoluta	10
1.4-A abordagem relativa.....	10
1.5- A abordagem objetiva.....	10
1.6-A abordagem subjetiva	11
Capítulo II- Algumas reflexões sobre a Economia Solidária	12
2.1-Economia Solidária	12
2.2-Contextualização da economia solidária	13
2.3-Os quatro princípios (Reciprocidade, Redistribuição, Mercado e de Domesticidade)	13
2.3.1-O princípio de mercado.....	13
2.3.2- Princípio de Reciprocidade	15
2.3.3-Princípio de redistribuição	15
2.3.4-O “princípio de domesticidade.....	16
2.4-Economia Solidária segundo ponto de vista de Singer	16
Capítulo III- Desenvolvimento Local/Comunitário	20
3.1-Contextualização sobre o DL/Comunitário	20
4.1-Enquadramento teórico do Desenvolvimento Sustentável e a história do termo .	26
4.2-O conceito de desenvolvimento sustentável.....	27
Capítulo V- Metodologia.....	29
Neste capítulo, salienta-se as observações metodológicas, dando a ênfase a técnica da entrevista.	29
5.1-Método e técnicas de Investigação	29
5.2-A entrevista.....	29

5.3-Hipóteses:	30
5.4- Caso Prático.....	31
5.5- As entrevistas realizadas e as principais dificuldades	31
5.6-Pontos Fortes das entrevistas.....	34
Capítulo VI- Caracterização da comunidade em estudo	36
Capítulo VII- Análises das entrevistas	38
Neste ponto, desenvolver-se-á as seguintes caraterísticas das questões salientadas ao longo da entrevista.....	38
7.1- Causas da pobreza	38
7.2- Papel do estado e análises da entrevista	44
7.3-As importâncias das ONGs nas comunidades rurais do país.	52
7.4- Os contributos do conceito da E.S do ponto de vista dos entrevistados.....	53
7.5-Perspectiva futura e propostas dos entrevistados	56
7.6-Propostas em relação ao papel do Estado.....	57
7.7-Comentários finais sobre este projeto na perspetivas dos entrevistados	59
7.8-Apreciação final sobre projeto.....	61
7.9-Balanço das entrevistas.....	61
Conclusão	63
As minhas propostas enquanto investigadora para erradicar a pobreza	68
8-Bibliografia.....	70
Anexo	74
Anexo 1-Cronograma	74
Anexo 2-Fichas de Registos	74
Anexo 3-Breve resumo das entrevistas.....	80
Anexo-4. Algumas imagens das pessoas da comunidade em estudo	89

Abreviatura de Siglas

DL- Desenvolvimento Local

ES- Economia Solidária

DS- Desenvolvimento Sustentável

ANDC – Associação Nacional do Direito a Crédito

BAL – Balança

BCP - Banco Comercial Português

BCEAO - Banco Central de Estados de Oeste Africano

BRS – Banco Regional de Solidariedade

CMROC - Comité Militar para Reposição da Ordem Constitucional e Democrática

CADESPC – Célula de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Solidaria e Poupança
docrédito CP- Capital Próprio

DENARP- Documento Estratégico Nacional para Redução da Pobreza

FMI – Fundo Monetário Internacional

FCFA – Franco da Comunidade Financeira Africana

HAB – Habitante

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INEC – Instituto Nacional de Estudo e Censo

MEN- Ministério da Educação Nacional

ODM – Organização para Desenvolvimento Mundial

ONG – Organização não-governamental

PAE – Programa de Ajustamento Estrutural

PIB – Produto Interno Bruto

PRS – Partido de Renovação Social

Pré-nat.- Pré-natal

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNDS – Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitária

PNLP – Plano Nacional de Luta Contra Paludismo

PNLS – Plano Nacional de Luta Contra a Sida

PNLT – Plano Nacional da Luta Contra a Tuberculose

PNSF – Plano Nacional de Saúde Familiar

PPA – Plano Plurianual

SOBER – Sociedade Brasileira da Economia, Administração e Sociologia Rural

TV – Taxa de Variação

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USD – Dólar Americano. VIH/Sida – Síndrome de imunodeficiência adquirida

BGU – Boletim Geral de Ultramar

BM – Banco Mundial

BO – Boletim Oficial

CCR – Comissão Coordenador Regional

CILSS – Comité Inter-Estados de Luta contra Seca no Sahel

GRUPLAM – Grupo de Urbanismo e Planeamento Municipal

INEC – Instituto Nacional de Estatística e dos Censos

ISF – Índice Sintético de Fecundidade

JIU – Junta de Investigação Ultramarina

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

OGE – Orçamento Geral de Estado

ONU – Organização das Nações Unidas

PAI – Plano Anual de Investimento

PDDR – Plano Diretor para Desenvolvimento Rural

PDESG – Plano Desenvolvimento Económico e Social da Guiné

PG - Província da Guiné PIB Produto Interno Bruto

SEPCI – Secretaria de Estado de Plano e da Cooperação Internacional

SNV – Serviço Holandês de Cooperação

TAGP – Transporte Aérea da Guiné Portuguesa

TBN – Taxa Bruta de Natalidade

TBR – Taxa Bruta de Reprodução

TLD – Taxa Líquida de Dependência

UE – União Europeia

ABP União das Associações Baboque em Portugal – Associação

ACIDI Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACIME Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

ACP África, Caraíbas e Pacífico

ONGD Organização Não Governamental de Desenvolvimento

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo promover a prática da sustentabilidade económica e social, com a exploração de alguns princípios básicos da economia solidária, desta forma diminuir a pobreza através da lógica de proximidade de oferta diversificada de bens e serviços na comunidade de “ponta nobo”. Esta comunidade contém aproximadamente cerca de 500 pessoas segundo o recenseamento que foi feito já alguns anos, diz o chefe da comunidade. E fica a norte de Guiné-Bissau. Esse projeto conta ainda, com o objetivo de incluir todos os elementos essenciais para sobrevivência de uma comunidade (produção, consumo, educação, alimentação, saúde, saneamento e energias, etc.). Para a concretização desses objetivos, este projeto espera contar com o empenho de todos os habitantes da comunidade no trabalho da lavoura e na construção de uma pequena unidade de conservação dos produtos agrícolas, contribuindo assim, para o desenvolvimento da própria comunidade. O projeto espelhar-se-á, nos exemplos práticos que vimos nas aulas, como o caso do Montemor, Câmara de Peniche, etc. Os exemplos práticos dos casos apresentados em aulas, e tinham em comum a resiliência territorial, ou seja, tornar o “lixo” em “cidade”. Esses exemplos procuraram sempre recuperar as terras e reorganizá-la, procurou-se desenvolver também uma economia sustentável. Todos procuraram desenvolver um território, mas de formas diferente e com objetivos semelhantes. A estratégia utilizada foi aproveitar a capacidade que cada habitante tinha na sua diversidade e aplica-la na resiliência do território desenvolvendo assim, uma economia sustentável. Para a concretização dos objetivos, uma das estratégias seria ainda, capacitar as pessoas para saberem em como lidar com as dificuldades que possam surgir eventualmente. Uma delas, será incentivar as pessoas a desenvolverem um espírito de solidariedade, ou seja, ajudar sem esperar ganhar algo para si, mas sim ganho coletivo. Incentivar uma convivência harmoniosa no seio da comunidade. Quanto mais unidos estiverem nos trabalhos, melhor serão os resultados. Inspirar a confiança, ética, empatia, etc. A comunidade onde há muita desconfiança será sempre fragilizada, e uma comunidade fragilizada corre sempre o risco de perder o rumo e enfraquecer. Uma comunidade consolidada onde a confiança sempre prevaleceu, é uma comunidade segura, forte e com uma relação de proximidade entre as pessoas muito forte, não se derruba facilmente. Essas são as ferramentas básicas para construção de uma economia solidária e sustentável. Por outro lado, as pessoas precisam perceber

que às vezes têm que fazer algo por eles, têm que ambicionar a mudar algo para positivo e para bem-estar de todos. Se o Estado não resolve os problemas, tem que ser eles a resolvê-los, juntos tudo se consegue, devem ter a iniciativa própria. Têm que ser eles a decidirem o futuro da comunidade em que estão inseridos, pôr a mão na massa para mudarem algo na comunidade. Podem sentir algumas dificuldades, muitos já sentiram, mas não desistiram por isso! E porque não fazer o mesmo! Lutar contra a pobreza, lutar contra a doença e a fome, é lutar por uma vida digna, saudável e acima de tudo lutar para o desenvolvimento local e territorial e a autonomia da comunidade em termos de sustentabilidade económica. O trabalho coletivo, a colaboração a união e a empatia entre as pessoas, serão fatores decisivos para o progresso e a mudança desta comunidade. É fundamental que todos se revejam nesse projeto, que se sintam parte do mesmo, só com apoio de todos é que conseguiremos mudar algo para o positivo. A investigadora revê-se naquela filosofia que diz “uma mão lava a outra” ou seja, nada se consegue só, em conjunto transformaremos esta comunidade, e eventualmente, muitas comunidades se irão desenvolver, dependendo do impacto deste projeto na comunidade “ponta nobo”.

Questão de Partida

A construção de uma unidade de conservação dos produtos agrícolas, explicaria a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da comunidade “ponta nobo”?

Justificação pessoal

A comunidade “ponta nobo” foi escolhida por vários motivos, pela dimensão territorial, pela proximidade com a própria comunidade, por carecer principalmente das escolas e por ser uma comunidade fértil e verde, mas com pouca condição, e necessitar também de uma reorganização e reestruturação em todos os sentidos. E ainda é preciso evidenciar que os jovens e não só, crianças carecem de informações e formações para perceberem o sentido da mudança. Para corresponder às necessidades desta comunidade, as respostas serão simples e adaptadas à realidade da comunidade para que todos se sintam motivados e integrados a participarem e a colaborarem para o sucesso da comunidade. Para que tudo isso seja possível haverá um acompanhamento contínuo da população e um forte trabalho de motivação; e um critério de economia, o que significa que todos os equipamentos criados serão extremamente simples e a sua utilização será potenciada ao máximo, seja em termos de atividades, seja em termos de

população beneficiada. Também haverá um forte grau de responsabilidade e de pontualidade assumida por cada habitante no cumprimento do trabalho.

Este é meu país e sou guineense e interessa-me muito melhorá-lo, utilizando as ferramentas, que vim aprendendo ao longo do meu curso. A investigadora decidiu levar o projeto adiante, dada as inquietações que vem sentindo, percebeu que era necessário fazer algo pelo seu país e pela esta comunidade, estar ao serviço das pessoas que precisam da nossa ajuda, a intenção dela não é de todo, o lucro. Nada melhor, como começar com esse projeto piloto para dar o primeiro passo, ao serviço da comunidade. Ainda almeja valorizar as pessoas no sentido, para que se sintam capacitadas, para que sejam pilares e motivo da diferença nas suas comunidades. Com isto, incentivando uma massa esmagadora das pessoas, a desenvolver algo nas suas comunidades, sem pensar nos ganhos (lucros). A única e exclusiva coisa que eventualmente devem esperar em troca, é o próprio desenvolvimento da própria comunidade.

A escolha é pessoal, esta comunidade não se distancia muito do sítio onde a minha família tem um pequeno terreno. Se construir uma unidade de conservação para reaproveitamento de frutas na “ponta nobo”, as outras aldeias que ficam em arredores de “ponta nobo” poderão beneficiar dessa mesma unidade. “Ponta nobo” foi escolhida por ser a maior comunidade que ali está, é o ponto de referência naquela região. O que me motiva ainda mais em desenvolver o projeto nesse local, é a sua precariedade em termos do ensino básico e secundário. O maior problema é a dificuldade com que se deparam na venda dos recursos naturais. A maioria das pessoas acabam por deitar muitas frutas fora por se estragarem, não têm as mínimas condições para a conservação desses alimentos. Se deparam ainda, com o problema de falta de escolas, posto médico, energia, etc. Também haveria um sistema de “abota” entre os integrantes da comunidade, e o valor angariado vai para o fundo interno que a comunidade teria para os casos de extrema importância. Nada se consegue só, creio que juntos conseguirão mudar algo nesta comunidade! Ou seja, demonstrar que pode-se viver na comunidade com dignidade só com as suas plantações.

Justificação Social

No que concerne a relevância social, este projeto constitui um mecanismo através do qual a sociedade procura dar resposta às exigências que não estão a ser satisfeitas pelo sistema político. Atualmente, com o agravamento da crise, tem surgido várias iniciativas nesse sentido, mas que acabam por não se concretizar. Já foram desenvolvidos alguns projetos nesse sentido, mas nenhum nesta comunidade. Por outro lado, o projeto estará a empregar muitas pessoas formadas, mas que até então não têm trabalho, seja para ensino ou para área de saúde ou de energia. Também os habitantes terão oportunidade de aprender como trabalhar numa unidade de conservação, receberão uma formação profissional nesse sentido. A sociedade estaria a ganhar muito com a implementação desse projeto. A nossa sociedade é uma sociedade menos desenvolvida em todos os sentidos, e cercada dos problemas sociais. Temos os problemas dos hospitais em más condições, energia, água canalizada, fraca qualidade do ensino, isso é na capital, imaginem como é no interior do país. Este projeto surgiu na tentativa de dar resposta a esses problemas nesta comunidade, isso seria muito importante para a sociedade porque já seria menos uma comunidade afetada com esse tipo de problemas. Também seria uma espécie de oportunidade de emprego para as pessoas com grau de formação superior. Quanto mais pessoas a trabalharem, melhor para sociedade e para o desenvolvimento não só daquela comunidade em específico, mas para o próprio país também.

Justificação Científica

Decorrente de um conjunto de leituras realizadas sobre outros projetos na Guiné, cheguei a conclusão que faz todo o sentido, realizar um estudo sobre os problemas desta comunidade como forma de enriquecer o conhecimento científico na área do desenvolvimento local e tentar chegar a uma solução, daí a sua relevância científica, que o facto de não existir nenhum projeto nesse sentido nesta comunidade, segundo uma entrevista. Seria relevante fazer uma pesquisa nesse sentido. (entrevista 10/07/2017 Sónia Amado). Devido a precariedade do ensino na GB, não existe muitas literaturas ou projetos científicos na área de intervenção local, escritos por autores guineenses. O que torna este projeto como contributo e reforço no âmbito da investigação científica na GB. Visa ainda, servir de inspiração e incentivo no seio académico para elaboração de vários

estudos de casos científico nesta ótica, como forma de enriquecer conhecimento para as gerações futuras. O conhecimento é uma arma fundamental básica, para qualquer desenvolvimento. O contributo principal deste projeto cairá sobre os académicos, será uma mais-valia na literatura guineense, dada a escassez do conhecimento na área científica na Guiné-Bissau. Também visa o aumento do conhecimento, e será uma ferramenta nova de aprendizagem e de incentivo para a geração futura. As descobertas que vão surgir com o decorrer deste projeto e das pesquisas sobre esta comunidade, serão muito importantes no seio académico para se espelharem e inspirarem na elaboração de casos semelhantes. Para garantir a veracidade deste projeto, teve como suporte base, alguns livros e artigos científicos. A impotência deste trabalho em termos científicos, permite uma articulação do conceito a economia solidária com o objeto de estudo.

Justificação Política

A política da Guiné-Bissau não está consolidada ainda, contêm muitos problemas mal resolvidas. O governo preocupa-se mais com a capital do que com a GB em si. O que significa que o problema desta comunidade não constitui prioridade nem de longe para o governo. O que torna as coisas mais difíceis ainda para esta e muitas outras comunidades que carecem de apoio por parte do governo nacional. No entanto, se todas as comunidades decidirem mover uma palha para alcançarem o desenvolvimento sem pedir ajuda ao governo, penso que isso seria o motivo de reflexão para o próprio. Muitas das vezes, o governo não apoia, por falta da credibilidade no avanço do projeto. Também é muito raro haver esses tipos de iniciativas por parte dos integrantes das comunidades rurais, principalmente nesse caso concreto de “ponta nobo”. Mas, isso não justifica o não apoio as comunidades. Penso que, com este projeto o governo poderá mudar o seu pensar em termos de o não apoiar iniciativas futuras nesse sentido. Futuramente, pode ser que venha a surgir comunidades com esses tipos de iniciativas por se sentirem inspirados por este projeto. Por outro lado, o governo não apoia na maioria dos casos esse tipo de iniciativas, não faz mínima ideia de situação que se vive nas comunidades carenciadas. Há muitas comunidades nessa situação. Creio com esse projeto abrirá muitas portas para outras comunidades. Poderá encadear alguma mudança aos olhos do governo. Se “todas” as comunidades comessem a pensar numa solução para o bem-estar da comunidade, creio que poderão obter um forte apoio por parte do governo, desde que exista algo credível e palpável. Para exercer alguma influência, tem

que haver pessoas com sentido de mudança, motivadas para a participação. Á priori o emprego aumentaria com a implementação desse projeto e o número de analfabetos diminuiria naquela região, isso seria bom para a taxa do analfabetismo no país. E de certa forma o governo poderá eventualmente, olhar mais pela área rural como sua estratégia de intervenção para um potencial desenvolvimento.

Objetivos

A comunidade “ponta nobo” foi escolhida por vários motivos, pela dimensão territorial, pela proximidade com a própria comunidade, por carecer principalmente das escolas e por ser uma comunidade fértil e verde, mas com pouca condição, e necessita também de uma reorganização e reestruturação em todos os sentidos. É preciso ainda, evidenciar que os jovens e não só, crianças carecem de informações e formações para perceberem o sentido da mudança. Para corresponder as necessidades desta comunidade, as respostas serão simples e adaptadas à realidade da comunidade para que todos se sintam motivados e integrados a participarem e a colaborarem para o sucesso da comunidade. Para que tudo isso seja possível haverá um acompanhamento contínuo da população e um forte trabalho de motivação; e um critério de economia, o que significa que todos os equipamentos criados são extremamente simples e a sua utilização é potenciada ao máximo, seja em termos de atividades, seja em termos de população beneficiada. Também haverá um forte grau de responsabilidade e de pontualidade assumida por cada habitante no cumprimento do trabalho.

Objetivo principal

O objetivo principal deste projeto é procurar desenvolver a comunidade de “Ponta Nobo” através da construção de uma unidade de conservação dos produtos agrícolas, tendo como contributo alguns princípios da economia solidária.

Os objetivos específicos

O objetivo específico é minimizar a pobreza e desenvolver a comunidade através da promoção de:

- Produção
- Consumo
- Promoção de abordagens inovadoras para resolver questões de desenvolvimento

Incentivar a Educação, como forma de alcançar:

Desenvolvimento sustentável (saúde e energia)

Objeto de Estudo

O presente projeto tem como o objeto de estudo a comunidade de “Ponta Nobo” que fica a norte de Guiné-Bissau. Esta comunidade não é uma comunidade pobre no sentido literal do termo. É uma comunidade com solo fértil e verde. A comunidade em si, carece de ajuda em termos educacionais, carece de muita informação e formações às pessoas. Ela por si só tem recursos naturais em abundâncias, mas a falta de capacitação às pessoas no sentido de como administrar esse recurso, empobrece a comunidade cada vez mais, por um lado. Por outro lado, a maioria dos habitantes desta comunidade, são analfabetos, mas preservam um conhecimento maior, que é a união no seio da comunidade. São pessoas com níveis de escolaridade baixa, mas têm as suas regras e os seus princípios, legitimados pelos líderes da comunidade, entre elas, os chefes de família. Escolhi esta comunidade, não só por razão pessoal, mas também identifiquei-me muito com a forma como sobrevivem. É uma comunidade onde todos trabalham e todos contribuem para o mesmo. O que motiva-me a persistir com o projeto nesta comunidade, é a maior comunidade daquela zona, no entanto ao construir uma unidade ali, para reaproveitamento dos produtos que não foram comercializados. Entretanto, as pequenas aldeias que ali se encontram em arredores, poderão eventualmente usufruir da mesma unidade de conservação, assim o projeto acabará a satisfazer não só a comunidade em estudo, mas também todos os que ali vivem em arredores. É isso que me motiva cada vez mais, em levar esse projeto adiante.

Apresentação da tese

O presente trabalho encontra-se dividido em duas partes, a primeira parte é constituída pelo quadro teórico com definições dos conceitos, com as seguintes capítulos: I conceito da pobreza, II Economia Solidária, III Desenvolvimento Local/ Comunitário e por fim IV- Desenvolvimento Sustentável. E a segunda parte é composta por estudo de caso, ainda conta com estes capítulos: V- Metodologia, VI- Caracterização da comunidade de P.N, e por último capítulo VII- Análises da entrevista e por fim a conclusão.

Parte I- Quadro Teórico

O presente projeto conta com vários conceitos, sendo o conceito da pobreza que serve do enquadramento teórico. A seguir temos dois conceitos centrais que são: economia solidária e o desenvolvimento comunitário/local. E ainda há mais um conceito, que é o de desenvolvimento sustentável, mas esse surge como acessório. Serão definidas a seguir.

Capítulo I- O conceito da Pobreza

A partir de 1980, a pobreza passou a ser entendida como privação relativa, dando ao conceito um enfoque mais abrangente e rigoroso, buscando uma formulação científica e comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspecto social. Dessa forma, sair da linha de pobreza significava obter: um regime alimentar adequado, um certo nível de conforto, o desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados. Ao mesmo tempo, porém, contrapondo-se a este conceito, floresceu a tese, muito apreciada pelas instituições multilaterais de crédito sediadas na capital norte-americana, de que, com o bom funcionamento dos mercados, as economias se tornariam prósperas, e a riqueza gerada acabaria por beneficiar os pobres. Essa tese ficou conhecida como “Consenso de Washington”.

O enfoque da privação relativa evoluiu tendo como um de seus principais formuladores o indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de Economia (1999). Seu conceito introduz variáveis mais amplas, chamando a atenção para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida. Ser pobre não implica somente privação material. As privações sofridas determinarão o posicionamento dos cidadãos nas outras esferas.

A evolução do conceito de pobreza (Costa, 1984) “reflete em parte os diferentes contributos destas abordagens, evidenciando uma progressiva desmultiplicação do conceito em várias dimensões que procuram enquadrar novas realidades associadas à pobreza. Neste sentido, surgiram dicotomias no conceito de pobreza que nos dão conta da multiplicidade de significados que pode assumir- pobreza absoluta/relativa, pobreza objetiva/subjectiva, pobreza tradicional/nova pobreza, pobreza rural/urbana, pobreza temporária/pobreza duradoura. “

A problemática da pobreza, presente em todas as regiões do globo, tem sido ao longo dos séculos, um dos mais marcantes problemas da sociedade. De acordo com José António Pereirinha et al (2008) “a pobreza é um fenómeno pluridimensional, visto que apresenta formas diferenciadas conforme o contexto económico-social, assumindo particularidades próprias de acordo também com as particularidades dos grupos populacionais. **O conceito de pobreza** reveste-se de diversos matizes, pois enquanto nos países mais pobres tem essencialmente um carácter absoluto, que se traduz na incapacidade de satisfação das necessidades básicas, (noção de subsistência) e segundo Giddens (2010: 313) “é universalmente aplicável”, nos países mais desenvolvidos, a pobreza manifesta-se sobretudo de forma relativa, isto é, na dificuldade em viver de acordo com o padrão de vida dominante (Pereirinha et al (2008).” No conceito de pobreza relativa o critério decisivo é o da desigualdade, ou seja, os indivíduos “encontram-se excluídos dos padrões de vida e dos mecanismos de participação social tidos como minimamente aceitáveis em cada sociedade concreta” (Capucha, 2005: 70).” Giddens (2010) “refere que os defensores do conceito de pobreza relativa postulam que a pobreza é culturalmente definida, já que determinadas coisas podem ser consideradas essenciais numa sociedade, enquanto noutras essas mesmas coisas poderão ser consideradas luxos supérfluos. Porém, ainda assim existem dificuldades em definir a pobreza, na medida em que as necessidades vão variando conforme as sociedades se vão desenvolvendo, pois o que já em tempos foi considerado luxo e apanágio de famílias abastadas ou bem remediadas faz hoje parte das necessidade de uma vida plena e ativa (Giddens, 2010).” Por conseguinte, um bem que num determinado momento pode ser considerado como exclusivo das classes mais favorecidas, com as mudanças impostas pela passagem do tempo, poderá converter-se numa necessidade imperiosa, como foi o caso do automóvel, principalmente quando este consiste no único meio de transporte possível para a deslocação dos indivíduos para o seu local de trabalho. Assim, e de acordo com Pereirinha et al (2008) “as principais abordagens do conceito de pobreza têm como apoio três dicotomizações clássicas. A primeira consiste na abordagem direta versus indireta, que se situa no entendimento da pobreza em termos de condições de vida, ou em termos de direito a um nível mínimo de recursos. Deste modo, passa-se a definir essas abordagens.”

1.1-A abordagem direta

A abordagem direta é de natureza que contém várias facetas e tem como fim procurar averiguar o grau de privação dos indivíduos, quer no domínio material, quer no domínio imaterial, tendo em conta as suas necessidades. Para tal é selecionado um conjunto de variáveis que estão relacionadas com os níveis de consumo de bens e serviços, assim como o nível de participação em atividades relevantes para a vida em sociedade.

1.2-A abordagem indireta

A abordagem indireta é de natureza de uma única dimensão e parte da escolha de uma variável de recursos, que tanto pode ser o rendimento disponível, como o consumo ou a despesa total em ordem a averiguar até que ponto os agregados ou indivíduos têm condições de satisfazer as suas necessidades, considerando o nível médio de condições de vida da sociedade.

1.3- A abordagem absoluta

A abordagem absoluta remete para o problema da satisfação das mais elementares necessidades humanas num determinado contexto histórico e cultural da sociedade. Deste modo, tendo em conta as palavras de Sen (1983) in (Pereirinha e tal (2008: 18) a pobreza é um conceito absoluto no espaço das capacidades dos indivíduos, no sentido de poder almejar um nível de condições de vida em sociedade adequado, que inclui uma nutrição suficiente e equilibrada, prevenção de doenças evitáveis, alojamento e vestuário confortável, facilidades de deslocação e comunicação, acesso à educação, viver sem vergonha e, para além disso, ter condições para participar em atividades em sociedade na medida da sua vontade.

1.4-A abordagem relativa

Esta abordagem tem a ver com a falta de capacidade dos indivíduos para obter bens e serviços que permitem o exercício de capacidades de acordo com os padrões de vida médios das diferentes sociedades num determinado tempo.

1.5- A abordagem objetiva

Tem a ver com um conjunto de critérios de escolha de variáveis mensuráveis ao mesmo tempo que não considera a perceção subjetiva que os indivíduos possam ter da sua pobreza.

1.6-A abordagem subjetiva

Esta abordagem, assenta na opinião dos próprios indivíduos a respeito do seu grau de privação, tendo em linha de conta a situação que dadas as circunstâncias podem ter, comparada com uma situação considerada desejável em termos de bem-estar.

De acordo com os conceitos definidos, podemos concluir que a pobreza que se verifica na comunidade de “ponta nobo”, considera-se que é uma pobreza absoluta. Onde as pessoas que lá vivem, não têm mínimas condições dos recursos básicos para subsistência. Verifica-se a falta de condições alimentares, a falta de água potável canalizada, a falta de educação, saúde, saneamento e da eletricidade. A qualidade de vida é extremamente lamentável. Não se verifica tanto o problema da fome nesta comunidade como o problema da desnutrição e é visível mais em crianças e nos adultos do que nos jovens, o que não significa que essa camada juvenil não sofra do mesmo problema.

Para combater a pobreza existente nesta comunidade, é preciso que todos queiram lutar por isso. E para avançar com essa luta, é preciso que todos tenham noções básicas de alguns princípios da economia solidária, de uma forma mais simples possível.

Capítulo II- Algumas reflexões sobre a Economia Solidária

2.1-Economia Solidária

A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com aceções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado. O termo foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades económicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. As expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc. Essas atividades apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários. A solidariedade é promovida entre os membros dessas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação. Ao mesmo tempo, a solidariedade é estendida aos sectores sociais expostos a maiores necessidades, principalmente via mobilização de trabalhadores desempregados e via serviços de atenção prestados a pessoas em desamparo. Graças à sua inserção social e comunitária, a economia solidária cumpre uma série de funções em domínios como, a saúde, educação e preservação ambiental. A solidariedade é ainda estimulada por meio do engajamento do cidadão em questões de interesse comum. O fato conduz à criação de espaços públicos de proximidade, cuja autonomia em relação aos espaços de poder instituídos contribui para sedimentar as bases de um modelo democrático dialógico, no qual o sistema representativo expõe-se à pressão legítima de mecanismos constituídos de participação direta. No início do séc. XXI, a aceleração dos movimentos do capital, que se desprendem de sua natureza social e de seus compromissos com a coletividade, choca-se com a satisfação decrescente das necessidades humanas e com a perpetuação da pobreza em amplas regiões do planeta. Encontrar respostas diante dessas mutações da economia e da política é uma tarefa crucial. A reconstituição das condições objetivas e subjetivas de transformação social requer uma atenção redobrada às iniciativas que

contenham, mesmo em germe e em pequena escala, a capacidade de instituírem outras formas de vida, por estarem imbuídas do valor da justiça, de um eixo redistributivo e de um ensejo de humanização. Em particular, importa valorizar as experiências que nascem da auto-organização, que defendem os direitos básicos do trabalho e que apostam na associação e em soluções coletivas, formando o lastro de experiências e de convicções morais e intelectuais indispensáveis à construção de novos rumos para a sociedade.

2.2-Contextualização da economia solidária

Antes de entrarmos na contextualização e desenvolvimento histórico sobre economia solidária, faz sentido perceber os seus princípios, e o porquê de uns de princípios ser o ADN deste projeto. Na ótica do autor Polanyi, os princípios da economia solidária serve dos pilares para afirmar como conceito.

2.3-Os quatro princípios (Reciprocidade, Redistribuição, Mercado e de Domesticidade)

“A economia de mercado, defende Polanyi, é um sistema autorregulável, sendo que os preços devem ter a liberdade de se autorregularem, assim os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que colher seus lucros no mercado (POLANYI, 2000, p. 60).” E este sistema para funcionar, necessitou de condições ainda não existentes, por exemplo, a transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadorias (PAULILO, 2005). Por economia de mercado, Polanyi entende: “um sistema autorregulável de mercados, em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado. Um sistema, capaz de organizar a totalidade da vida económica sem qualquer ajuda ou interferência externa” (POLANYI, 2000, p. 62).

2.3.1-O princípio de mercado

Este princípio assenta as suas bases na estrutura monetária e mercantilizada, ou seja, toda a troca realizada é de efeito monetária e mercantilizada.

Karl Polanyi, visa ainda, mostrar-nos como se deu a evolução do padrão de mercado, alegando que “A permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento económico que depende do padrão do mercado”, sendo que “um mercado é um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda” (POLANYI, 2000: 75). O padrão de mercado é mais específico do que a simetria,

centralidade ou a autarquia (idem, p. 77). Explicando esses conceitos, o autor afirma que: simetria é um arranjo sociológico que não dá origem a instituições isoladas, apenas padroniza as já existentes. Enquanto centralidade “não implica na motivação que particulariza a instituição resultante para uma função específica única” e, a “autarquia económica é apenas um traço acessório de um grupo fechado existente” (POLANYI, 2000: 77, ênfase acrescida).

Esta economia de mercado, considera o movimento de bens e serviços entre diferentes, dispersos e aleatórios pontos no sistema. É um padrão transacional, caracterizado por motivos de auto interesse. Nesta forma de integração, onde o padrão dos recursos é o mercado, a característica essencial da troca diz respeito à maneira como são disponibilizados os direitos e as obrigações apropriada. A disposição é determinada pelos direitos de propriedade e pela relação com os meios materiais daí derivados; o sistema é sancionado pela relação de propriedade privada e pelo livre contrato; e a distribuição é feita através de compra e venda, utilizando-se do mecanismo de preços e do dinheiro como expressão do poder de compra

Assim sendo, o autor exemplifica em três tipos de mercado, e cada um, apresenta funções peculiar a outra: mercado local, mercado nacional e mercado externo. O mercado local é aquele que não gera característica de algo competitivo, baseando principalmente na permuta, “são essencialmente mercados de vizinhança” (Polanyi, 2000: 83). O autor considera o mercado externo, da mesma característica do local, não gera competitividade, se trata da compra e venda de bens não produzíveis de um país para outro (p. 84-85). Quanto ao mercado nacional ou interno, surge pela pressão atacadista capitalista que intenciona expandir os mercados, assim o estado territorial passa por se projetar como instrumento da nacionalização do mercado, criando o comércio interno. Este mercado passou a ignorar “a distinção entre cidade e campo, assim como as que existiam entre cidade e províncias” (p. 86).

Por palavras do autor, Karl Polanyi, define a reciprocidade como forma simples de: “o que se dá hoje é responsável pelo que se toma amanhã”, ou seja, “um toma-lá-dá-cá sistemático e organizado” (POLANYI, 2000: 70).

2.3.2- Princípio de Reciprocidade

Descreve os movimentos de bens e de serviços entre pontos correspondentes de um agrupamento simétrico. Ou seja, a disposição dos elementos e as sanções que determinam o uso produtivo e distributivo destes recursos derivam de normas comportamentais ou de expectativas impostas por sistemas não económicos, como os de parentesco, amizade, envolvimento associativo ou cooperação;

Por outras palavras, este princípio assenta na valorização que existe entre as pessoas.

Esta economia baseia-se ainda, na troca de produto, sem utilizar a moeda (ex: partilha de boleia entre amigos, que não se paga; partilha de alimentos nas aldeias entre vizinhos etc...). Nesta economia não interessa muito a parte monetária, o que se valoriza mais é convívio entre as pessoas. Este princípio é considerado, como a ADN da Economia Social e Solidária. Este princípio será o ADN do meu projeto explorar no máximo a ideia que está por detrás desta economia. Capacitar as pessoas nessa lógica de pensamento, acreditar nessa filosofia de dar sem esperar nada em troca. Ajudar o próximo sempre que precisa, lutar pelo bem-estar de todos.

2.3.3-Princípio de redistribuição

É com a pessoa chefe ou outro membro proeminente do grupo que recebe e distribui os suprimentos, especialmente se eles precisam ser armazenados, deve-se ressaltar, no entanto, que muitas vezes o responsável pela redistribuição tentará “aumentar seu poder político através da maneira pela qual redistribui os bens” (p. 71).

Por outras palavras, reveste na troca de quaisquer produtos com base monetária, com um papel redistributivo de uma autoridade, mas não é de carácter mercantil.

Desenha o movimento de bens e serviços direcionada a um centro e seu retorno aos consumidores, seja por meio de deslocação físico ou apenas de disposição. Daí, os padrões de distribuição determinam os direitos e obrigações, localizados em algum centro identificável, de onde os recursos serão redistribuídos, através de regras e mecanismos de controlo, por alguma autoridade que ordena essa disposição. Estes padrões de organização económica estão intrinsecamente ligados ao ordenamento político das sociedades. Os sistemas de tributação, impostos e taxação, organizados em diferentes instâncias administrativas dos Estados modernos, são exemplos de formas de integração redistributiva;

2.3.4-O “princípio de domesticidade

Consiste na produção para uso próprio” (idem, p. 73). Os princípios eram institucionalizados a partir de uma organização social, o lucro não ocupava um papel central, mas sim motivações, como costumes, lei, magia e religião que induziam “o indivíduo a cumprir as regras de comportamento” que “eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema económico” (idem, p. 75).

Por palavras simples, dentro deste princípio, as atividades são organizadas de forma mais simples possível de acordo com as suas necessidades, sem a base monetária. É um princípio que os economistas tendem a ignorar, argumentado que, isto vai desaparecer com o passar do tempo nas sociedades de hoje, e no mercado atual. O que não se verifica no contexto atual. Esta economia está muito marcada pela “culturabilidade”.

2.4-Economia Solidária segundo ponto de vista de Singer

Como frisa o autor Paul Singer (2004), “a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão «desregulamentara» das máquinas ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX”. Sendo que a empresa solidária “nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo”, verificamos que numa empresa deste tipo, o capital é detido por aqueles “que nela trabalham e apenas por eles”.

Com a primeira “revolução industrial”, no final do século XVIII, surge na Europa a economia solidária, contudo foi na Grã-Bretanha (mais precisamente na Inglaterra) que ela tomou a forma mais nítida a partir do século XIX, como uma “resposta ao agravamento da crise do trabalho” e da crescente insatisfação com o desempenho do sistema público de segurança social (França Filho e Laville, 2004). Perante estes vazios económicos e sociais que a história do capitalismo produziu surge, como modelo alternativo, a economia solidária. Esta constitui-se como uma nova forma de organização do trabalho e das atividades económicas em geral (Gaiger, 2005) emergindo como uma importante alternativa para a inclusão de trabalhadores no mercado de trabalho, dando uma nova oportunidade aos mesmos, através da autogestão. Existindo a possibilidade de recuperarem as empresas de massa falida, e darem continuidade às mesmas, com um novo modo de produção, em que a maximização do

lucro deixa de ser o principal objetivo, dando lugar à maximização da quantidade e da qualidade do trabalho (Singer, 2004).

“A economia solidária, no seu ressurgimento por volta dos finais do século XX, afigurou-se como uma resposta dos trabalhadores à reestruturação produtiva e ao uso abusivo e sem critérios de novas tecnologias que provocaram, ainda que sem intenção, despedimentos em massa, encerramento de firmas e marginalização cada vez maior, sobretudo nos países do chamado Terceiro Mundo” (Veiga, 2004). Esta resposta de equilíbrio afigura-se como uma reação onde o agir se coloca como uma alternativa possível para os trabalhadores que estão na sua maioria excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo (Culti, 2006).

O conceito de economia solidária é algo que está em construção e apresenta várias aceções. O que nos dias de hoje denomina-se por economia solidária “ficou por décadas imerso, sob títulos como autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular” (Lechat, 2005). De tal modo que ainda hoje não foi possível reunir consenso quanto ao termo para designar esta realidade emergente, “existindo quase tantos conceitos possíveis como académicos dispostos a teorizar esta matéria” (Guerra, 2007). No entanto, tem patente certas aceções, nomeadamente a ideia da solidariedade, da autogestão dos empreendimentos – “todos os que trabalham na empresa participam de sua gestão e todos os que participam da gestão trabalham na empresa” (Veiga, 2004) – e da não exploração do trabalho.

Ela visa ainda, valorizar a pessoa e não o capital. Procura o bem-estar das pessoas, e não procura obter lucros. Nesta nova economia segundo Paul Singer não existe patrões nem empregados. Todos os que estão envolvidos nela, são donos, iguais, e trabalhadores ao mesmo tempo, todos participam na tomada de qualquer decisão. Com a força da união dos integrantes, gera trabalho, renda e produção na agricultura, na pecuária, na indústria, no comércio, nos serviços, no turismo e na cultura e contribui na transformação da qualidade de vida das pessoas para melhor! As pessoas encontraram forças e vontade nesta nova economia, através da cooperação e colaboração de todos. Tanto que tornou um mecanismo de combate a desemprego para as pessoas na sociedade. É uma economia que dá oportunidades aquelas pessoas que se sentem excluídas da sociedade, para mostrarem as suas capacidades e competência na prática, é forma de inclusão social. O trabalho coletivo é o que faz com que essa economia torna

cada vez mais, a solução dos problemas para as pessoas que estão passando sérias dificuldades. Não só, melhora a qualidade de vida das pessoas, como melhora o estado psicológico, o convívio com as outras pessoas, também é fundamental no desenvolvimento desta prática.

Na economia solidária, a empresa torna-se numa cooperativa, e o empregado no cooperador e os resultados surgem de uma forma muito positiva. Essa mudança, transforma o destino, que transforma as pessoas no sentido positivo. Os empreendimentos da economia solidária, merecem crédito, é algo que os seus trabalhadores estão garantindo em cooperativas de créditos e dos fundos solidários. O crédito solidário funciona como uma alavanca para produzir e o próprio trabalhador pode garantir esse empréstimo solidariamente.

A troca de produtos, serviços e saberes também faz parte desta outra economia, cada vez mais frequente nas cidades brasileiras, o clube de trocas reúne as pessoas para enfrentar um problema comum. No processo desta troca, não é necessário o uso do dinheiro, cada participante oferece aquilo que tem, um produto, um saber ou um serviço por aquilo do que necessita. Também nesta outra economia existe os empreendedores culturais, aqui, música, todas as formas de cultura também se organizam como economia solidária. A economia solidária também produz cultura ligada a vida ao trabalho, a promoção humana. Quando a comunidade percebe que há muita manifestação artística para apresentar e se não for em coletivo não daria certo, acaba por perceber a cultura solidária. Esta economia que combate todas as exclusões, hoje enfrenta mais um desafio. Cada vez mais, economia solidária se transforma em ferramenta da inclusão social das pessoas com deficiência ou pessoas com depressão e abrindo caminhos para conhecimento, para produção e a renda; é a vida que se transforma.

As feiras da economia solidária são um espaço de encontros não apenas entre quem vende e quem compra, mas é um contacto mais humanizado entre produtores e consumidores. É um dos ambientes importantes para a prática e o aprimoramento do consumo consciente. Consumo consciente, é um pacto entre cidadãos, o que produz e vende e o que compra e consome. É uma escolha que vai além do produto, uma escolha de confiança. Se as feiras são uma das principais manifestações da economia solidária, as redes e cadeias produtivas significa um passo adiante. As redes e cadeias da

economia solidária formam parcerias, abrem as possibilidades e aprofundam a solidariedade, criam outra dinâmica económica. Esta economia tem também outra forma de se relacionar com a natureza, ela se uniu com a ecologia e seguem juntas. Dentro desta economia a produção respeita o ambiente natural, a agricultura produz alimentos sem agrotóxicos. Existe múltiplos compromissos, com trabalho, rendimento, a solidariedade, a saúde de todos e o meio ambiente. A importância desta economia diferente, generosa e inclusiva é tanta que já existe milhares de organizações no Brasil que apoiam os empreendedores económicos solidários. Foi com este espírito que existem as incubadoras, quando as universidades, as cooperativas, as organizações de apoio se aproximam da economia solidária, todos saem ganhando (curso de cooperativismo, tem a liderança). A economia solidária multiplica a sua influência através das organizações nacionais dos trabalhadores do campo e da cidade. Uma força económica, social, cultural e política, que se expressam por ex: na criação dos fóruns da economia solidária, uma força que cria oportunidades, estimula parcerias e explora vocações locais e impulsionam o desenvolvimento local. Mas, esta força que nasce da própria sociedade precisa de mais apoios das políticas públicas. Agricultura pecuária, indústria, finanças, comércio, turismo e cultura, em todos os sectores crescem as associações, cooperativas e outros grupos solidários em todas as regiões e em todos os Estados, com mais apoio, esta transformação poderá ser ainda maior e mais profunda. A principal resposta pública diante desta demanda, foi a criação da secretaria nacional da economia solidária. Foi uma decisão do governo federal no Brasil que colocou o tema da economia solidária num patamar superior, ainda sim, é preciso avançar mais, um avanço que vai representar mais postos de trabalhos, mais inclusão social e novo vigor na retomada da produção.

Tendo em conta as revisões da literatura do conceito da economia solidária, ciente da história da economia solidária e as suas diversas definições segundo o ponto de vista de vários autores, tomo como referência para análise no terreno a definição desta nova economia, na visão do Paul Singer.

Frisa o autor Singer (2004), “a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão «desregulamentada» das máquinas ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX”. Sendo que a empresa solidária “nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do

capitalismo”, verificamos que numa empresa deste tipo, o capital é detido por aqueles “que nela trabalham e apenas por eles”.

Capítulo III- Desenvolvimento Local/Comunitário

3.1-Contextualização sobre o DL/Comunitário

O desenvolvimento local e o desenvolvimento comunitário, são dois conceitos historicamente distintos e com percursos diferentes em termos científicos, mas acabam

por se convergirem em prática. Entretanto, na definição que se segue a seguir, visa abarcar os dois num só conceito. Mas, antes uma breve explicitação sobre esta controvérsia. Segundo professor Rogério Amaro, **Desenvolvimento local/ comunitário** (foco nas pessoas) – desenvolvimento comunitário surge nos anos 50/60, ligado ao Serviço Social, pela intervenção no terreno (como metodologia); anos 90 – iniciativas de base local, paradigma territorialista – base da validação científica (Walter Stohr, Bernard Pecqueur, Bernard Vachon, John Friedmann, Clyde Weaver, António Vasquez-Barquerd, José Manuel Henriques). “Comunitário” passa a estar relacionado com Comunidade europeia, o que contribuiu para a alteração do adjetivo para local. Desenvolvimento comunitário e local são na prática muito semelhantes.

Desenvolvimento comunitário: “processo de intervenção em comunidades mais fragilizadas, para encontrar soluções para os seus problemas, a partir da auscultação das comunidades, assentando nas suas capacidades e com uma perspetiva integrada de problemas e das soluções.”

Desenvolvimento local: “processo de mudança, centrado numa comunidade de pequena dimensão, procurando responder às suas necessidades fundamentais não satisfeitas, a partir prioritariamente das suas capacidades, o que implica dinâmicas participativas e de “empowerment”. Com o apoio de recursos endógenos, numa perspetiva integrada, o que exige uma lógica de trabalho em parceria. Com impacto tendencial em toda a comunidade, e segundo uma grande diversidade de processos, ritmos e resultados.”

Implicações metodológicas: territorialização; participação; capacitação; visão integrada; trabalho em parceria; flexibilidade; conjugação de competências.

“O desenvolvimento local (DL) é antes de mais uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um futuro melhor” (Melo, 1998:5). Com apoio de recursos exógenos, numa perspetiva integrada. O que exige uma lógica de trabalho em parceria; com impacto tendencial em toda a comunidade, segundo uma grande diversidade de processos, ritmos e resultados.

O desenvolvimento comunitário, na ótica do professor Rogério Amaro, entende-se por processo de intervenção em comunidades mais fragilizadas, para encontrar soluções para os seus problemas, a partir da auscultação das comunidades, assentando nas suas capacidades e com uma perspetiva integrada dos problemas e soluções.

O desenvolvimento local ou comunitário é considerado ainda, como esforço árduo para melhorar as condições de vida dos indivíduos que habitam um local (a comunidade e o seu espaço geográfico e cultural) tendo em conta a particularidade desse local. Distingue-se do desenvolvimento de uma população em geral porque procura o desenvolvimento equilibrado e integrado de uma comunidade, com o máximo respeito pelos seus valores próprios e procurando tirar proveito da sua riqueza histórica. Neste contexto, desenvolvimento local, enquanto ação apurada que conduz a uma tomada de consciência acerca das potencialidades locais, promovendo, conseqüentemente, iniciativas que geram riqueza e emprego que correspondam a um plano local de desenvolvimento integrado (desenvolvimento e consolidação da democracia, desenvolvimento económico e social e inserção da comunidade nas políticas macroeconómicas), é, acima de tudo, a concertação de estratégias metodológica de ação que pretendem alterar, melhorar, o contexto e o nível da qualidade de vida das pessoas dessa comunidade. Embora com diferentes modelos culturais e organizacionais próprios, em todas as áreas geográficas existem agentes promotores de desenvolvimento, quer institucionais quer individuais, que dinamizam e desenvolvem projetos de desenvolvimento local. São, normalmente, objetivos dos projetos de desenvolvimento local: reforçar e valorizar o potencial humano de determinada região; fomentar a atracção e fixação de jovens e de emprego qualificado; melhorar o nível e qualidade do emprego; melhorar a organização do mercado de formação; melhorar os níveis de escolaridade e de qualificação da população residente, em particular dos jovens e ativos; promover os jovens no mercado de trabalho e a reconverter e reinserir profissionalmente trabalhadores desempregados. Os agentes promotores de desenvolvimento atuam em estreita ligação com a Administração Central (através das Direções e Gabinetes específicos) e com outros agentes de desenvolvimento, públicos e privados, desempenhando importantes papéis no planeamento e na execução de planos e ações em áreas cruciais, como sejam o investimento (público e privado), o ordenamento territorial (com especial ênfase nas infraestruturas de apoio às atividades económicas), o emprego, as comunicações e a cooperação, entre outras. (Henrique Santos, 2002)

Entende-se como desenvolvimento local o “processo que mobiliza pessoas e instituições procurando a transformação da economia e das sociedades locais” (Jesus, 2003), criando desta forma novas oportunidades de trabalho e de rendimento, ultrapassando assim, dificuldades em detrimento da melhoria das condições de vida da população local. Neste sentido, trata-se de um esforço acentuado. A nível local consegue-se verificar os esforços articulados entre quem lidera, instituições, empresas e habitantes com vista à melhoria das condições de vida dos cidadãos. Normalmente, os processos de desenvolvimento local ocorrem a diversos níveis. A nível local há que considerar que tudo é personalizado desde a liderança, passando pelas instituições e empresas, terminando nos grupos comunitários. Tudo o que ocorre a nível local tem a marca dos seus intervenientes, onde cabe só à eles passar a imagem da comunidade aos demais. Torna-se pois necessário passar da imagem de coletividade fechada e estática a uma imagem viva e dinâmica, aberta ao contacto e à solidariedade com outras comunidades, ou seja urge “formular formas de pensamento e ação que sejam ambiciosos em termos de escalas, ou seja, que sejam capazes de pensar e atuar nas escalas locais, regionais, nacionais, e até mesmo globais, dependendo das necessidades das iniciativas concretas” (Santos e Rodríguez, 2004). Já a nível nacional, há que, por exemplo, elaborar políticas económicas que fomentem o desenvolvimento local.

Como já mencionada, quando se verifica a utilização de recursos e valores locais, sob o controlo de instituições e de pessoas locais, e daí surtir benefícios para as mesmas e para o meio local, pode-se dizer que estamos perante um processo de desenvolvimento local. Há no entanto três abordagens diferentes das políticas de desenvolvimento local: a) o central (do Estado); b) baseada na operacionalidade dos mecanismos de mercado, em que a empresa privada desempenha o papel principal (redução de impostos, facilitação de importações e/ou exportações; c) desenvolvimento iniciado no local e/ou região de baixo (participação e mobilização da comunidade).

O desenvolvimento local surgiu em jeito de resposta à crise do bem-estar social, a ação governamental parece ser objeto de controvérsia manifestada em duas tendências principais (Jesus, 2003): a) a neoliberal, que defende formas de prestação de serviços (tradicionalmente fornecidos pelas agências governamentais), fundamentadas na participação mais intensa da sociedade, principalmente, nos sectores privados; e b) a progressista, que embora constatando a falência do modelo tradicional de gestão

pública, enfatiza a imprescindibilidade da presença do Estado na oferta de serviços sociais, propondo, como estratégia para neutralizar os efeitos não desejáveis da ação estatal, a introdução de mecanismos de abertura de canais de comunicação entre o Estado e a sociedade civil na formulação das agendas públicas. Souza e Rodrigues (*apud* Jesus, 2003) consideram que tais controvérsias refletem as discussões em torno de desenvolvimento, desenvolvimento alternativo e alternativa ao desenvolvimento.

Desenvolvimento local não é apenas promover a produtividade global. Se pensarmos assim, ao invés de reduzirmos as desigualdades estaremos a promover o aspeto económico em detrimento do distributivo favorecendo a concentração de capital e desvalorização das culturas locais. É no sentido de evitar esta situação que entra o modelo de desenvolvimento proposto pela economia solidária. Modelo esse que enfatiza o envolvimento das pessoas no processo, de forma a gerar justiça social, cidadania, valorização da diversidade cultural e sustentabilidade ambiental.

É relevante frisar a importância de estabelecer-se uma relação entre o desenvolvimento local e desenvolvimento territorial, compatibilizando o planeamento de “baixo para cima” com as macro estratégicas de desenvolvimento. Como diria José Geraldo dos Reis Santos (2007), admite-se a possibilidade de êxito de estratégias de Desenvolvimento Local em certas condições, contudo, sem a ilusão de que as referidas estratégias possam contrapor-se como alternativa estrutural à lógica de acumulação de contemporaneidade.

Neste sentido torna-se necessário implementar políticas que fomentem o desenvolvimento destas regiões onde a desertificação, o desemprego, e as maiores causas de pobreza acontecem. Os tempos atuais parecem ser a luz ao fundo do túnel desenvolvendo novas agendas, novas formas de procura para o mundo do trabalho e para os seus gestores. É sabido que as sociedades e os seus respectivos sistemas económicos regem-se por lógicas e regulamentos muito próprios. Assim, a Economia Solidária surge como estratégia de inclusão económica e social, visto que esta oferece um caminho com potencial para o desenvolvimento, em especial o local ou territorial sustentável. Podemos dizer, à semelhança de Singer (2004), que a economia solidária já solidificou a sua identidade e por causa disso está em condições de se estruturar, a nível local, regional e nacional.

Segundo o autor Ki-Zerbo (2005), a África precisa de um desenvolvimento endógeno, ou seja um desenvolvimento “de dentro para fora”. Afirma ainda que, para ver uma transformação, deve haver uma mudança do paradigma. Para desenvolvimento da comunidade de “ponta nobo”, seguirá essa linha de pensamento, baseando, num desenvolvimento endógeno, procurar valorizar as culturas, as pessoas e respeitar todos os valores inerentes a esta comunidade. Promover uma relação de harmonia, com intuito de obter uma união comunitária. Procurando assim, desenvolver-se, através do uso dos seus recursos naturais, utilizando como ferramenta de base para um potencial desenvolvimento. Uma comunidade unida; é uma comunidade forte, equilibrada e difícil de derrubar. Para promover mudança, primeiro deve haver unidade visível e com sentido de cooperação muito forte entre as pessoas da mesma comunidade. Isso é muito importante para um trabalho coletivo. O desenvolvimento local não se assenta só no sentido económico, mas também social e cultural. Ciente disso, há uma grande necessidade de trabalhar as bases, para melhor mudança.

O desenvolvimento local visa também o crescimento económico de uma determinada localidade. Ciente disso, acrescenta-se que o DL, é a organização comunitária a volta do planeamento estratégico para o desenvolvimento, com a expectativa de construção social, constituindo assim em um instrumento fundamental, de carácter orientador e condutor, de superação da pobreza. Não se trata, contudo, de buscar tão-somente o atendimento às carências materiais, mas a identificação e a promoção das qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar. Mas, para superar e ultrapassar as maiores dificuldades da pobreza na atualidade, requer nomeadamente uma revisão de conceitos e, sobretudo, de posturas. Muito apropriadamente, que não se pode solucionar o problema da pobreza, utilizando as mesmas teorias que desencadearam a sua emergência.

Capítulo IV- Desenvolvimento Sustentável

4.1-Enquadramento teórico do Desenvolvimento Sustentável e a história do termo

Uma breve contextualização histórica de como surgiu este conceito, procura manter o foco na proteção ambiental; em 1972 a Conferência de Estocolmo (Ecodesenvolvimento) + Relatório do Clube de Roma Limits to Growth; 1987 Relatório Brundtland Our common future; 1992 1ª Cimeira da Terra, Rio de Janeiro; 2002 2ª cimeira da Terra, Joanesburgo; 2012 3ª Cimeira da Terra, Rio de Janeiro; 2015 Paris, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Inicia-se em 1980, quando a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) apresenta o documento Estratégia de Conservação Mundial com o objetivo de atingir o desenvolvimento sustentável através da conservação dos recursos vivos. O documento foi criticado por Khosla, que afirmou ser a estratégia restrita aos recursos vivos, focada na necessidade de manter a diversidade genética, os habitats e os processos ecológicos e incapaz de tratar das questões controversas relacionadas com a ordem internacional política e económica, as guerras, os problemas de armamento, população e urbanização.

Desenvolvimento sustentável 1ª definição: “processo de satisfação das necessidades das gerações atuais sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras” – foco na satisfação das necessidades (convencional), solidariedade entre gerações (inovação), pensa em futuro, antropocêntrico (necessidades humanas), preocupação de gestão dos recursos naturais não renováveis, traz a questão da natureza para o desenvolvimento, visão defensiva (manter o que está mas não recuperar o que foi estragado).

2ª Definição: “processo de conjugação de crescimento económico, coesão social e preservação ambiental” – visão multidimensional (dimensão económica, social e ambiental), deixa outras visões vitais da sustentabilidade de fora (cultural, política e territorial), garante o interesse económico das empresas, abre a porta a discutir as questões da pobreza e das desigualdades, continua a ser um conceito antropocêntrico, continua a ser sustentabilidade defensiva.

Conceito de sustentabilidade integrada (revista 10 Economia solidária): processo de conjugação de segurança económica (soberania alimentar e energética, distribuição equitativa de rendimentos, consumo suficiente, rendimento básico e orçamento responsável, valorização das economias locais), coesão social (igualdade, igualdade de

género), proteção e valorização ambiental, dimensão cultural, coesão territorial, dimensão cognitiva (literacia e capacidade crítica), novo modelo de regulação política (governança partilhada), ética da sustentabilidade (valores), sustentabilidade de todas as formas de vida (e não só a humana)

4.2-O conceito de desenvolvimento sustentável

Envolve condições de melhoria de vida para as populações, do ponto de vista social e económico. Em oposição às estratégias de crescimento insustentável por razões morais e ambientais -, o paradigma alternativo terá que satisfazer as necessidades básicas de todos e não só das minorias, em todos os lugares e não somente nos polos de crescimento, como um processo contínuo contra a expansão e contração das economias de mercado contemporâneas. Estratégias de desenvolvimento sustentável - servindo a todos, o tempo todo, sem destruir ou eliminar os recursos existentes e produzir riscos e consequências ambientais e insuportáveis - terão que ser caracterizadas pela viabilização económica, equidade social, sustentabilidade, aceitabilidade estética... para tratar com estes problemas (ambientais) e ao mesmo tempo fornecer condições para o desenvolvimento sustentável - será necessária mobilização e motivação de toda a sociedade para definir um estilo de vida com padrões de consumo e produção de acordo com as necessidades básicas e estratégicas de prioridade determinada através de processos democráticos pelos atores e sociais.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites – não limites absolutos, mas limitações impostas pelo contexto atual da tecnologia e da organização social, no que toca aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento económico. Para a Comissão, a pobreza generalizada já não é inevitável. A pobreza não é apenas um mal em si mesma, mas para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar as suas aspirações de uma vida melhor. Um mundo onde a pobreza é endémica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza.

Este conceito carece uma consolidação na sua definição, difere consoante alguns casos! Quando é aplicado ao Terceiro Mundo, diz respeito à melhoria do nível de vida das pessoas mais pobres, a qual pode ser medida quantitativamente em termos de aumento

de alimentação, renda real, serviços educacionais e de saúde, saneamento e abastecimento de água etc., e não diz respeito somente ao crescimento económico no nível de agregação nacional. Em termos gerais, o objetivo prioritário é a redução da pobreza absoluta do mundo pobre através de algumas providências, que visa garantir a segurança de vida, e controlar consumo dos recursos naturais em detrimento da preservação do meio ambiente, a irrupção da cultura e a instabilidade social. Este conceito serve ainda, como o mecanismo de obtenção da receita e o caminho para sair da pobreza ou do subdesenvolvimento.

Para Buarque (2002), “o conceito do Desenvolvimento Sustentável resulta de um conjunto de elementos convergentes, dentre os quais podemos salientar o amadurecimento das consciências e dos conhecimentos dos problemas sociais e ambientais, e o intenso debate que destacou no meio académico e técnico nas últimas três décadas. Este debate foi resultado de reflexões feitas a partir de várias experiências ao longo deste período e que culminou com o aparecimento de várias alternativas para o desenvolvimento.” Dentre essas experiências, destacamos o Eco desenvolvimento defendido por Ignacy Sachs na década de 70' e que pode ser considerado como precursor do desenvolvimento sustentável (Buarque, 2002: 58).

É também considerado um objetivo fundamental consignados nos tratados da união europeia e figura como objetivo da união no projeto do tratado que estabelece uma constituição para a Europa, exigindo uma abordagem integrada das políticas económicas, sociais e ambientais que promova o seu reforço mútuo. (Isabel Mota, orgs, :18).

Ora, com contributos destes autores sobre conceito do desenvolvimento sustentável, pode-se concluir que, para alcançar um desenvolvimento sustentável, dependerá de vários fatores. No qual, a cultura, o local e inclusive as pessoas, são variáveis a considerar quando se quer mudar o paradigma do desenvolvimento de um determinado território. No caso da comunidade em estudo, as três dimensões anteriormente referidas, são muito relevante para o alcance ao desejável progresso e mudança do paradigma.

Parte II- Estudo de Caso

Capítulo V- Metodologia

Neste capítulo, salienta-se as observações metodológicas, dando a ênfase a técnica da entrevista.

5.1-Método e técnicas de Investigação

Uma investigação pode ser definida como sendo o melhor processo de chegar às soluções fiáveis para os problemas, através de recolhas planeadas, sistemáticas e respectivas interpretações de dados. É uma ferramenta da máxima importância para incrementar o conhecimento e, deste modo, promover o progresso científico permitindo ao Homem um relacionamento mais eficaz com o seu ambiente, atingindo os seus fins e resolvendo os seus conflitos (Cohen & Manion, 1980; Santos, 1999, 2002).

Como referem Ludke e André (1986) e Santos (1999, 2002) investigar é um esforço de elaborar conhecimento sobre aspetos da realidade na busca de soluções para os problemas expostos. Consideramos que, tal como Bell (1997), “uma investigação é conduzida para resolver problemas e para alargar conhecimentos sendo, portanto, um processo que tem por objetivo enriquecer o conhecimento já existente”.

Para o desenvolvimento do projeto no terreno recorrer-se-á as duas técnicas de investigação científica, uma delas é muito utilizado nas investigações sociais que é o inquérito por questionário. A outra será uma entrevista semiestruturada, para melhor perceber o cerne da questão.

5.2-A entrevista

Quanto a entrevista, “consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver ou englobar mais pessoas, dirigida por uma delas com o objetivo de obter a informação sobre a outra” (Morgan, 1988, citado por Bogdan & Biklen 1994:134).

Existem vários tipos de entrevistas: Estruturada; Semiestruturada; Não Estruturada

A entrevista estruturada, segue um guião rígido que estabelece antecipadamente as questões a serem formuladas; A ordem das perguntas respeita uma lógica pré-estabelecida.

A entrevista semiestruturada é aquela, a qual escolhi como uma das minhas técnicas para recolha das informações, e não é obrigatório seguir a ordem das perguntas, e procura deixar o entrevistado mais a vontade com as perguntas que se seguirão.

É uma entrevista que assenta na combinação de perguntas abertas e fechadas, com um guião previamente preparado, apenas como suporte na orientação ao desenvolvimento da entrevista. E não exige uma ordem rígida nas questões.

A entrevista não estruturada, esta consiste em uma proposta ou convite ao entrevistado, em organizar o seu discurso a partir de um tema sugerido pelo entrevistador que só intervém para animá-la a prosseguir; o guião detém-se apenas no objetivo da entrevista e nas suas linhas orientadoras.

Cada uma delas tem as suas vantagens e desvantagens, sendo que a entrevista semiestruturada é a minha técnica selecionada para levantamento das informações, achei melhor descrever as suas vantagens e desvantagens.

Este tipo de entrevista tem mais as vantagens do que as próprias desvantagens.

Vantagens:

- ❖ Possibilita a otimização do tempo disponível;
- ❖ Permite tratamento mais sistémico dos dados;
- ❖ É especialmente aconselhada para entrevistas a grupos;
- ❖ Permite selecionar temáticas para aprofundamento;
- ❖ Permite introduzir novas questões.

Desvantagens:

- ❖ Requer uma boa preparação por parte do entrevistador;
- ❖ Não facilita o trabalho de comparação das respostas

5.3-Hipóteses:

- a) É expectável que as pessoas venham a melhorar-se da qualidade de vida e a comunidade a desenvolver-se com a construção de uma fábrica de conservação dos produtos
- b) É esperado uma melhoria de qualidade do ensino, com desenvolvimento desta comunidade

- c) É expectável uma melhoria no sistema de saúde, com o desenvolvimento da comunidade

5.4- Caso Prático

Primeiramente, gostaria de explicar o motivo de desenvolver só uma técnica de investigação, inicialmente o objetivo era desenvolver duas técnicas de investigação científica: o inquérito por questionário e a entrevista. Entretanto acabou-se por seguir só com a entrevista, dada as circunstância e da altura que me desloquei para o terreno, foi numa altura difícil para um/a investigador/a cheio/a de perspetiva e entusiasmo, a época de “campanha de castanha” de caju fez-se com que não tivesse pessoas suficientes para inquerir. Acaba por ser compreensível, porque normalmente nesta altura todos pensam no rendimento e no sustento das suas famílias. E como só podemos desenvolver esta técnica só quando temos uma dimensão de amostra igual ou superior a 30 pessoas, daí o motivo, de não dar continuidade a este processo. Entretanto, o tempo e atividade acabaram por influenciar esta investigação no campo. Por isso, com a indicação do meu orientador, acabou-se por seguir só com a entrevista e dar mais ênfase a isso.

5.5- As entrevistas realizadas e as principais dificuldades

Inicialmente, perspetivava entrevistar 15 a 20 pessoas, devido as conversas que teve com algumas pessoas antes de partir para o local do estudo. Mas quando lá chegou deparou-se com enumeras dificuldades em termos de, encontrar pessoas para a realização da entrevista.

1-A primeira dificuldade foi o fator tempo, sempre mostrou-se disponível para com todos, mas nem todos tiveram essa mesma disponibilidade para com ela. Ficou triste com a situação e com algumas pessoas que lhe garantiram a sua disponibilidade, mas mal chegou a GB, tudo se tornou indisponível.

2- A segunda dificuldade, é o local da entrevista, todas entrevistas feitas carecem de uma enorme atenção para se ouvir melhor, por causa do barulho do próprio local que não era apropriado para uma entrevista. Mas, isso aconteceu porque, muitas das vezes, teve que se deslocar ao local do serviço de muitos entrevistados.

3- A terceira dificuldade, muitas das pessoas as quais foram entrevistadas não conheciam o local do estudo, então teve que pedir sempre para que lhes respondessem de uma forma geral, baseando também nos outros casos semelhantes que lhes são familiar.

Também teve dificuldade em reunir todos os habitantes da comunidade de “ponta nobo” para que todos se sintam parte do projeto. Mas conseguiu falar com o chefe da comunidade, o Sr. Alberto, que fez o possível para que todos comparecessem na reunião convocada, para que pudesse apresentar a ideia. Mas infelizmente, numa comunidade com aproximadamente 500 pessoas tive a infelicidade de poder falar para 20 e poucas pessoas. Mas deu o seu melhor para que essas entendessem e percebessem bem, qual era a ideia e a intenção para com a comunidade e para que possam fazer chegar a mensagem aos outros. Deparou-se com essas dificuldades, devido a época em que foi ao local, normalmente na época da campanha de caju, dificilmente se consegue reunir as pessoas. Porque todos vão para colheita de castanha de caju, castanhas de caju nesta época são a maior fonte de renda para as pessoas das “tabancas”. Por um lado é compreensível que todos queiram garantir o sustento da família e tirar o proveito da campanha. Por outro lado é stressante e angustiante para quem está a fazer uma pesquisa no terreno, que carece das informações e com o tempo limitado. No fim de tudo, conseguiu fazer um vídeo onde “todos” que estiveram presentes deram as suas opiniões sobre o projeto, e apresentaram também as suas preocupações.

No meio disto tudo, dessa falta de pessoal, conseguiu-se entrevistar as seguintes pessoas:

Nome	Grau de escolaridade	Posição Profissional
Francisca Pereira	Formação gestora e enfermagem	Já foi Vice-presidente de Assembleia, Ministra de Interior, Plano Internacional, (tesoureira adjunta pan-africana das mulheres Atualmente é conselheira de direção geral de UNESCO
Fodé Mane	Doutorado em Antropologia Jurídica	Atualmente é Investigador efetivo do INEP
Adolfo Gomes	Licenciado em Engenharia	Atualmente é consultor sénior nas Áreas ligadas ao

Sá	Zootécnico; Equivalência de mestre em valorização de produtos de abelhas, agricultura; Nível avançado em estudo de projetos	desenvolvimento comunitário
Manuel Batista	Licenciado em engenharia Zootécnica	Foi Secretário e Diretor Geral de Agricultura Atualmente reformado
Lesmes Monteiro	Licenciado em Direito	É especialista em proteção de criança em Plano Internacional
Saibana Baldé	Licenciado	Atualmente é Gestor de projetos
Bobo Baldé	Mestre em finanças	Atualmente é supervisor regional de vendas (MTN)
Benjamim da Silva Sanca		Analista de sistema, Assistente de comunicação do Comité Nacional para Abandono das Práticas Nefastas - CNAPN
Quité Djata	Engenheira Agrônomo	Coordenadora do Programa do CNAPN Atualmente Ministra de Ambiente
Daniel Cassama	Mestre Sociologia	Atualmente é investigador no INEP
Aliu Gomes	Mestrado	National Coordinator GEF SGP PNUD
João Paulo Pinto C6	Mestre em Antropologia	Tem como atual profissão, coordenador de centro do estudo de história e antropologia (INEP)
Yanick Miranda	Administração e Gestão de Empresas	Trabalho na Orabank como Agente De Operações Local
Edson Incopté	Licenciado em estudos africanos	Atualmente é coordenador do projeto (IPAV-GB)

Boaventura Santy	Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental (interdisciplinar) na área de Sociologia dos Desastres	Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas da Guiné-Bissau e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar).
-----------------------------	---	--

5.6-Pontos Fortes das entrevistas

Procurou-se seguir a orientação metodológica, a investigadora teve o cuidado de selecionar bem os entrevistados, e utilizando como estratégia o grau da escolaridade e a área em que exercem a função profissional, para melhor corresponder com o objeto de estudo. Procurou-se entrevistar pessoas ativas na sociedade e na própria comunidade em si. No vídeo que foi feito, o chefe da comunidade deu a sua opinião e alguns professores da comunidade também. Também incluí alguns políticos, para dar mais luz e visibilidade ao projeto, e também fazer passar esta ideia e chegar aos demais dirigentes do nosso país, para ficarem cientes dos problemas que afetam as nossas comunidades. Ela aprendeu-se muito com alguns dos entrevistados, e ficou a conhecer histórias sobre outras comunidades.

Ponto fraco

Muitas das vezes excedeu-se o tempo normal de uma entrevista, isso fez com que algumas entrevistas acabaram por ficar maçudas para alguns dos entrevistados, porque já estavam com pressa, porque tinham outros compromissos. Acabaram por responder as últimas perguntas de uma forma muito simplificada, e acabou-se por não reter nada que seja importante ou relevante.

Aspeto positivo

1. Primeiro aspeto positivo, a observadora relacionou-o com o apoio da sua família, “todos” foram para o local de estudo com ela. Isso deu-lhe mais força e coragem, para apresentar e comunicar a sua ideia e o seu objetivo as pessoas da comunidade.

2. Segundo aspeto, é a forma como acolheram e abraçaram este projeto, e percebeu que ficaram felizes por ela ter escolhido a aquela comunidade para objeto de estudo, por lembrar também que lá é o lugar dela.
3. Terceiro aspeto, é a união que se vê naquela comunidade, são “1 por todos e todos por 1”, eles têm uma relação de convivência muito forte, assentada na humildade e todos estão disposto a lutar pelo bem comum da comunidade, essa união entre eles deixou lhe orgulhosa e fascinada.

Aspeto Negativo

1. Perdeu-se muitas informações nas outras entrevistas que não conseguiu encontrar
2. Perdeu-se bastante tempo em encontrar pessoas para realização da entrevista
3. A deslocação à comunidade não foi fácil, não conseguiu reunir toda gente

Capítulo VI- Caracterização da comunidade em estudo

A comunidade de “ponta nobo”, é caracterizada por um território verde, fértil e com uma dimensão geográfica razoável, que fica a norte de Guiné-Bissau. Desde há muito tempo que tem sofrido e sido afetado pela pobreza, carece de água potável, escolas, hospital, etc. Se todos trabalhassem em prol do desenvolvimento da comunidade, através de uma lavoura conjunta, vendas dos produtos agrícolas da colheita, ex: batata, cebola, tomate, amendoins, mandioca, feijão, etc. Assim, angariando o valor conseguido da colheita para remeter para o fundo comunitário. Seria uma ajuda em forma de contribuir para desenvolvimento da comunidade. É uma comunidade que não tem problema de desertificação humana, nem do envelhecimento. É uma comunidade bem povoado, com jovens com vontade de trabalhar para desenvolvimento comunitário, mas os meios não lhes permitem desenvolver mais. Mas, ao longo começou-se a haver fugas de jovens para cidade, por falta de opções.

A pobreza demonstra as faltas, privações que impedem o ser humano a aceder ao mínimo vital, a satisfazer as necessidades fundamentais de nutrição, de saúde, de educação, de alojamento e de viver mais tempo. A pobreza é um fenómeno que pode ser definido como um estado de grande carência e uma condição de incapacidade a satisfazer as suas necessidades humanas de base em termos de alimentação, roupa, abastecimento em água potável, habitação, saneamento de base, cuidados primários de saúde e educação. Mas a pobreza é também uma limitação da possibilidade de escolha, de incapacidade para as populações beneficiarem das oportunidades que lhes permitem viver nas condições decentes, de liberdade e de dignidade. A pobreza, sobretudo extrema, priva as populações de mecanismo de sobrevivência, porque são ameaçados pela fome, doenças e catástrofes ambientais. Com o objetivo de dispor de um estudo aprofundado da situação da pobreza no país, indispensável para elaboração do DENARP, o governo procedeu a dois inquéritos: um qualitativo e outro quantitativo. A abordagem qualitativa ou subjetiva está ligada a perceção de que as populações têm as suas próprias condições de vida. Um estudo qualitativo sobre a perceção da pobreza assim como o diagnóstico participativo permitiu evidenciar o facto que a maioria da população considera a pobreza como um estado de incapacidade material e de impotência moral face as necessidades e exigências mínimas da sociedade. Em resumo, o pobre é aquele que não tem, e nem pode ter. A abordagem quantitativa ou objetiva é baseada nas informações quantitativas, monetárias ou não, que permitem definir o limite

a partir do qual uma pessoa ou uma família pode ser considerada como pobre. Ela permite medir ao mesmo tempo a incidência, o aprofundamento, a severidade da pobreza assim como as diferenças entre famílias face ao consumo. O Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza (ILAP) realizado em março de 2002, permitiu determinar o conjunto destes indicadores assim como realçar o conjunto de fatores geradores da pobreza na Guiné-Bissau através de análise do perfil da pobreza.

Capítulo VII- Análises das entrevistas

Neste ponto, desenvolver-se-á as seguintes características das questões salientadas ao longo da entrevista.

7.1- Causas da pobreza

Antes de conhecermos as causas da pobreza, faz todo o sentido saber o que é a pobreza como conceito. A pobreza reveste-se de diversos matizes, pois enquanto nos países mais pobres tem essencialmente um carácter absoluto, que se traduz na incapacidade de satisfação das necessidades básicas, (noção de subsistência) e segundo Giddens (2010: 313) “é universalmente aplicável”, nos países mais desenvolvidos, a pobreza manifesta-se sobretudo de forma relativa, isto é, na dificuldade em viver de acordo com o padrão de vida dominante (Pereirinha et al (2008).

Para perceber quais são causas da pobreza, trago o contributo de algumas entrevistas realizadas no terreno.

Para a maioria dos entrevistados, a pobreza na GB é um problema estrutural, condicionada pela forma como o país está organizado, e como os recursos estão redistribuídos. A má distribuição da riqueza e desestruturação de país, serve para agudizar ainda mais a pobreza. Partindo do princípio que as comunidades existem ao longo de vários séculos, entretanto, de acordo com as condições que os rodeiam, procuram aplicar todo o saber local que têm, para explorarem no máximo todos os recursos a sua volta. Mas, ao longo do ano, devido a mudança climática e devido à dinâmica que provem da população, as comunidades começam a enfrentar as dificuldades. Com essas mudanças climáticas, e a própria natureza que os rodeia começou a sofrer as suas transformações, então automaticamente os saberes que dispões já não consegue acompanhar a dinâmica de mudança das próprias condições ambientais que os coloca. Com isto começa-se a verificar a fuga dos jovens para outras zonas em busca de melhores condições de vida, formação e trabalho. Entretanto, essas comunidades começam a carecer de mão-de-obra, para fazerem face à grande desafioem relação a atividade que realizavam para sobreviverem e por outro lado reforçarem as

suas economias familiares. Isto é, faz com que o nível de produção comece a reduzir por causa das duas razões invocada acima.

O panorama das comunidades em geral na GB, é marcado fortemente por uma pobreza extrema devido à ausência gritante do Estado. Há uma falta de condições básicas de vida, saneamento básico praticamente inexistente, falta de luz, água potável, falta de emprego sobretudo para jovens. As organizações da sociedade civil, acabam por substituir o Estado através dos seus projetos e trabalhos que desenvolvem a nível comunitário, devido a ausência do nosso Estado. Isso acaba por acarretar consequências muito graves, fazendo com que a qualidade dessas comunidades seja baixa. Falamos das questões em que muitas das vezes há comunidade que passa fome, e mais do que passar fome, se olharmos para a questão da segurança alimentar, percebemos que não está garantida a nível dessas comunidades, porque mesmo que tenham alguns produtos em abundância, que lhes permitem fazer face as suas alimentações, torna-se difícil devido a não garantia da segurança alimentar. O investimento público nas comunidades é bastante fraco, o que leva as comunidades a passarem por muitas dificuldades. Com a crescente falta de emprego nas comunidades, isso acaba por levar a fuga dos jovens na comunidade para a cidade, devido a falta de opção e ocupação e a consequência de tudo isso, vai fomentando o êxodo rural. Assim sendo, leva a fragilidade e as percas das forças jovens e isso vai fomentando mais pobreza, fazendo com que se sinta mais a sua presença do que nas zonas urbanas. Também a instabilidade é considerada como uma das principais causas da pobreza no país. Muitas das vezes existe aquela tendência de associar o conceito da pobreza com a extensão geográfica. Mas, na verdade uma coisa não tem nada a ver com a outra. Pobreza é falta de direito ou capacidade de opção, logo a pessoa é obrigada a viver com aquilo que tem. Como por exemplo: quando se quer estudar num país, mas a situação económica não lhe permite, então a pessoa é obrigada a estudar onde der. A pobreza é isso, ao meu ver. Mas isso está ligado a todo um conhecimento e visão, quando uma pessoa não tem nível de escolaridade em como valorizar um produto, para que lhe dê mais rendimento e riqueza, e de adotar um estilo de vida, sendo assim é considerado pobre.

Quanto ao trabalho diário das pessoas na comunidade, consideram que exige muito esforço físico. E quando se quer ajudar essas pessoas a reduzir o esforço físico, no caso das pessoas que têm plantação de arroz, na forma de transformação deste produto.

Salientam que, não se deve levar uma solução a uma comunidade sem ter feito um estudo prévio. Não adianta por exemplo levar uma máquina de transformação de arroz numa comunidade que na realidade precisa de um poço de água. Ou seja, não se deve impor nada na comunidade sem falar com as pessoas da própria comunidade e perceber as suas dificuldades e o que precisam para ultrapassá-la. Segundo as fontes, concluem que esses trabalhos, acabam por ser muito precários, devido a falta da diversidade dos trabalhos, quem é lavrador vai sempre a “bolanha”, e esta será sempre a sua rotina. Por isso que muitas das vezes, acaba por haver a fuga dos jovens para cidade por falta de opções. Por falta da perspectiva de crescimento.

Reafirmam ainda que, o trabalho a nível comunitário é um bocado penoso, exige um grande esforço físico, sobretudo na divisão de tarefas a nível comunitário, é penoso para homens e ainda mais para as mulheres. É um trabalho que exige muito sacrifício, as mulheres acordam às 5h da manhã e só regressam a noite. Os homens também têm as suas tarefas de ir à lavoura de arroz. Calendário agrícola é fixo, isso quer dizer quanto mais superfícies tiverem, mais esforço físico exige, porque tudo é manual e ainda têm que cumprir com o calendário agrícola. Ainda há muita carência de ajuda nesse sentido, por falta de modernismo no trabalho e também a inovação. A produção agrícola continua a ser muito retrógrada. Essa produção acaba por colocar em causa a segurança de quem trabalha nela. Principalmente as crianças que são tiradas da escola na época da campanha da castanha de caju. Muitas das vezes as funções desempenhadas por essas crianças não são adequadas às suas idades. Às vezes carregam pesos, que um adulto devia carregar. Consideram muito mau retirar uma criança da escola para ir ajudar no campo, não só coloca o futuro desta criança em risco como a sua saúde. Também as próprias ferramentas, utensílios de trabalho não inspiram segurança não só para crianças, mas, também para os adultos. Consideram que ainda que, a maioria das pessoas não conseguem por vezes fazer face às demandas da cidade. Continua a não haver inovação em relação ao trabalho diário, e os serviços do terceiro sector não são coisas muito abundantes, acaba por ser sempre trabalho agrícola, que muitas das vezes exige um esforço físico. Mas é fundamental a organização desses produtores, e o Estado também criar mecanismos de base para apoiá-los nesse sentido. As organizações civis não podem ser substitutas do Estado, quanto muito tendo essas organizações como parceiros, mas o estado deve assumir sempre o seu papel.

Quanto a qualidade de vida das pessoas em geral na GB para os entrevistados, continua a ser péssima, o nosso hospital nacional está em péssima condição. Não temos saúde de qualidade, educação de qualidade, e não temos nenhuma universidade fora da capital. E hoje está na moda para que todos se formem e terminem o ensino superior, mas as pessoas estão a ser formadas com ensino de péssima qualidade. Hoje temos pessoas licenciadas, mas sem conhecimento nenhum. Essas pessoas têm diplomas adquiridos, mas são funcionalmente analfabetos.

Afirmam ainda que, não se pode falar na qualidade de vida nessas comunidades com todas as faltas que existem das necessidades básicas, (água, energia, educação, saneamento básico, etc.). Salientam que há uma discussão, um debate que prende com o conceito do desenvolvimento, quando olhamos para a comunidade há tendência em comparar com a realidade da cidade. Mas, na realidade quando se trata das necessidades tão básicas das pessoas, já não se trata só daquilo que é o conceito em si, mas aquilo que são realmente as necessidades básicas para as pessoas viverem, fazerem o seu dia-a-dia. Por ex: cuidado de saúde hoje em dia é fundamental, a água potável é fundamental, independentemente do conceito de desenvolvimento. E quando vemos que essas coisas faltam realmente nas comunidades, chegamos a conclusão de que a qualidade de vida não é o desejável. E isso, contribuí muitas das vezes ao não regresso dos jovens às suas comunidades. Em termos de dados económicos, essas pessoas vivem com menos de 1 euro por dia, por isso independente do conceito do desenvolvimento em si, que é muito debatido até, a qualidade de vida das pessoas nessas comunidades acaba por ser baixo.

“Mas para esta fonte em particular, considera que a qualidade de vida das pessoas na comunidade está a piorar a cada dia que passa devido a falta de produção de arroz e outros tubérculos e raízes. Frisa ainda que, também a dominação do mercado pelo estrangeiro que não se compromete com a qualidade de vida da nossa população. E em relação ao trabalho diário, a única coisa que vem sugerir, é mais envolvimento dos homens nos trabalhos de campo na comunidade.”

Do ponto de vista da investigadora, a pobreza é quando um certo indivíduo não consegue satisfazer as suas necessidades básicas. Por exemplo: quando uma pessoa acorda de manhã e não tem pequeno-almoço para si e nem para sua família; quando não consegue colocar os seus filhos na escola, quando não consegue comprar um par de sapatos aos seus filhos, etc. Isso sim, é a pobreza, na comunidade “ponta nobo”, a maior

pobreza deles, é a falta de professores de qualidade, falta de ferramenta e melhores condições para o trabalho, falta da estratégia e forma para escoar os seus produtos, falta de segurança alimentar, posto médico, etc.

E o que origina tudo isso, são as más gestões por parte do nosso estado, a sua forte ausência nas comunidades, faz com que desconheça das situações dramáticas que acontecem nessas comunidades. Esta ausência não só é vivenciada nas comunidades rurais, mas também na cidade de Bissau. Há famílias a viverem nessas condições, sem conseguir manter as necessidades básicas de vida. Mas, isso acontece porque o próprio estado está mal organizado, as políticas mal definidas e direcionadas, e ainda temos pessoas menos escolarizadas a governar o país. Todos esses fatores acabam por influenciar ou contribuir para a pobreza e o seu crescimento nas nossas comunidades e em todo o país. Por outro lado, algumas comunidades hoje já não esperam pelo estado, ou pelo milagre, por exemplo a comunidade “ponta nobo”, já enfrentaram e estão a enfrentar várias dificuldades, principalmente no que diz respeito ao escoamento do produto, devido a falta de infraestruturas e não só, têm dificuldade em vender os produtos a preço acessível para todos. Quando lá estive, disseram-me que deixaram de produzir muita coisa, como por exemplo mandioca, milho, feijão, etc. Porque muitas das vezes quando levam os produtos para a feira não são muito valorizados, as pessoas querem comprar por um preço que lhes favorece e desfavorece o fornecedor do produto. Então decidiram não produzir esses produtos. Hoje em dia enfrentam a dificuldade em conservar por exemplo manga e como transformar a fruta caju para não estar aproveitando só da castanha. Pude ver com os meus olhos como essas frutas são desperdiçadas, não por vontade própria, mas por falta de meios de conservação. Entretanto com tanta dificuldade, eles criaram algumas associações. (Associação Mãe, Associação os filhos de “ponta nobo” e Associação das mulheres vendedoras) acreditam que vão conseguir superar isso tudo através destas associações e das parcerias que fazem com outras associações que muitas das vezes deslocam-se a elas.

Quanto a qualidade de vida, pelo que pude presenciar na comunidade "ponta nobo" na minha opinião enquanto investigadora, não existe qualidade de vida nenhuma e nem podia existir num local que não usufrui dos serviços de primeiras necessidades, refiro-me à questão de um pequeno posto médico ou centro de saúde, água potável, educação e saneamento. Para não falar em energia e os transportes entre outras coisas. Como

podemos dizer que há uma qualidade de vida numa comunidade em que alguém adocece e não há nenhuma ambulância para transportar os doentes para que possam chegar mais rápido. Como falar da qualidade de vida se a água que as pessoas consomem não tem tratamento nenhum, às vezes as águas bebidas não são adequadas para consumo do ponto de vista medicinal, mas bebem-na porque é o que têm. Como falar numa qualidade de vida, nas comunidades em que as pessoas ainda estão a lutar para fazer face às necessidades básicas. As crianças são as mais prejudicadas, são-lhes negados ou tirados os seus direitos de irem à escola e de terem um tempo livre para brincarem, isso não é porque os pais querem, mas é porque toda a ajuda é fundamental, sejam elas vindas das crianças ou não. Com toda essas dificuldades, ainda enfrentam o problema das mudanças climáticas, as pragas e tudo mais. E eles não estão preparados para lidarem da melhor maneira com essas situações. A GB é o segundo país mais vulnerável à mudança climática.

Hoje em dia a comunidade de ponta nobo, já tem um poço de água e uma escola até ao 9º ano, feita em parceria com ONGs. Isso demonstra que esta comunidade está pronta para abraçar e ajudar no avanço de qualquer projeto. Deixaram isso claro numa das reuniões que tivemos. Afirmaram estar de braços abertos para acolherem qualquer projeto que pretenda beneficiar a comunidade, estarão prontos para colaborar.

Em relação ao trabalho em comunidade em geral é penoso, requer muito esforço físico, e as mulheres são as maiores vítimas. Quando estive em “ponta nobo”, tive oportunidade de ver trabalhos das mulheres, fui visitar as suas horticulturas e é um sítio muito vasto. Elas acordam cedo e dormem tarde. A rotina das mulheres dessa comunidade, é acordar de manhã e irem para o lugar do cultivo para regar a produção. E como estavam na época de “campanha de caju”, a seguir elas iam apanhar cajus para depois aproveitar só das castanhas. Quanto aos homens, a rotina deles é a plantação de arroz ou rizicultura. Mas, este trabalho requer muito esforço e quanto mais produzir, mais alimento terá para um longo período do tempo. Na tentativa de produzir muito acaba por ser desgastante para a pessoa, mas ainda sim, fazem-no porque não têm outra saída. Entretanto, devido a estas rotinas e sem outras opções de trabalho e sem escolas com níveis avançados, originam a fuga dos jovens da comunidade para a cidade em busca do melhor ensino e melhores condições de vida. Isso traz consequências e pode ser também que tenha alguma vantagem no caso de a pessoa ter sucesso e regressar à

sua comunidade com o objetivo de alavancar a comunidade por um lado. Por outro lado, a consequência que traz, a comunidade passa a carecer de mão-de-obra jovem, por serem mais fortes, a dificuldade entretanto aumenta e a perda é maior. Normalmente, o que as pessoas da comunidade “ponta nobo” consideram desgastante, é quando produzem muito e ganham pouco com a produção, por falta de vias de acesso, falta de valorização dos produtos, e falta de conhecimento ou estratégia na promoção de venda.

7.2- Papel do estado e análises da entrevista

Início este ponto com os comentários dos nossos entrevistados, salientando pontos comuns, e alguns pontos que se divergem.

Começam com uma nota introdutória acerca deste ponto, afirmando que, tendo em conta a nossa história cíclica de crises e roturas políticas, faz do nosso Estado, frágil e débil. Um estado que não está preparado para atender as necessidades das comunidades. Com todas essas crises, golpes e contra golpes, interrupções de governos, sem continuidade, isso dificulta o diálogo com as comunidades, no sentido de resolver os problemas comunitários. Muitas das vezes, essas dificuldades, que leva à intervenção dos atores não estatais, no sentido de colmatarem essa lacuna que o Estado não conseguiu preencher. Esses atores acabam por ser tapa buracos do Estado, não resolvem os problemas na totalidade, tentam na maioria dos casos, amenizar a situação.

Salientam que, o sistema educativo vivenciado nesta e provavelmente nas outras, são bastante lamentáveis. Segundo convenções internacionais não pode existir uma escola a mais de 1.5km no máximo 2km. Na GB temos casos de até 50km, sendo assim, a lei não está a ser cumprida neste caso. Nas comunidades as crianças correm risco de serem atropeladas devido à distância percorrida para irem para a escola, chegam à escola cansadas e com fome, que aproveitamento vai ter na aula. Há falta de escolas, falta de professores e o próprio sistema de ensino precisa de ser repensada.

Normalmente, o povo de qualquer país tem o direito de ter: educação, saúde e moradia; justiça também é primordial. Tudo que é essencial para manter um país e uma comunidade não existe. Como é possível ter uma comunidade sem hospital, escola e nem um tribunal. Não se fala no sistema prisional na GB porque não temos. Se essas dificuldades existem na capital, no interior do país, ainda é pior. Temos défices em todas as áreas, principalmente na área de saúde e a educação. O Estado está bastante em

falta com as nossas comunidades rurais. Mas também, alegam que, as pessoas da comunidade não têm a noção de que a escola é uma das grandes alternativas para o bem-estar. E só deixam as crianças irem a escola quando não têm outra opção de colocá-la a ganhar algum rendimento económico. Quando se tem isso, as crianças são tiradas da escola automaticamente para irem ganhar dinheiro. A comunidade tem uma visão clara de que a escola não dá garantia de rendimento nenhum. Como as pessoas têm uma noção muito distorcida da escola e da sua importância e as suas vantagens para as famílias e as próprias comunidades. Quando a escola é confrontada com uma atividade que vai gerar algum rendimento, a escola é abandonada. A função da escola nas comunidades, não passa de um local para reter as crianças para não incomodarem em casa. A escola não é vista como uma vantagem na formação de um homem novo e as contribuições que pode trazer para si, para sua família, comunidade e para o país em si. Mas essa visão não é só nas comunidades, mas ali é mais gritante. Escola a nível comunitário, está confrontada com vários problemas que põem em causa as horas e dias letivos. A carga horária subjacente a cada nível escolar está comprometida. Quanto ao método educativo, nas zonas rurais a situação é bastante pior devido às condições de vida. E os professores não se sentem comprometidos com as pessoas da comunidade, devido à falta de incentivo e condições de trabalho por parte do nosso Estado. E a comunidade muitas das vezes não consegue colmatar esta lacuna, a sua fonte de rendimento provem da agricultura, essa receita acaba por não ser suficiente para satisfazer toda a necessidade.

Em relação à educação na comunidade, quanto a isso, as lideranças comunitárias já estão a assumir este papel de gestão das escolas. Boa parte da escola nas comunidades hoje em dia, principalmente nas zonas mais remotas do país, escola de autogestão, que tendo em conta a fragilidade e ausência de Estado que sentem na comunidade, porque a maioria já tem algum nível de instrução, que lhes permite ter uma visão sobre os seus problemas e as possíveis soluções. Já conseguem apropriar e adaptar a estas instituições, escolas e alguns centros de saúde, para que sejam eles a geri-los. Uma vez que o Estado não consegue satisfazer as suas necessidades. E muitas das vezes há aquela preferência por parte das pessoas que nascem numa certa comunidade, de regressar a comunidade já com um nível instrução para dar aulas na própria comunidade. Porque é muito custoso para quem é de norte ir dar aulas no sul, também a dificuldade da adaptação e instalação, muitas das vezes sem incentivo por parte do nosso Estado, acaba por ser

traumático para a pessoa deslocada. Daí a preferência de dar aulas na comunidade em que nasceste. Para colmatar esse problema, as comunidades resilientes, perceberam que devem tomar rédeas de toda a administração ou gestão de escolas e serviços da comunidade. Isto não é uma solução definitiva. Mas é uma alternativa por enquanto.

Concluem que, pode-se constatar que há demasiado problema à volta da educação. Na cidade há fraca qualidade do ensino, quanto mais nas comunidades rurais. Mas, acrescenta que o sistema político influencia o sistema educacional, greves, interrupções, etc. Mas por outro lado, há crescente falta de pagamento dos professores, o que tem como consequências greves entre outras medidas por parte dos professores. Muitas das vezes, isso desencadeia certas iniciativas por parte das pessoas da comunidade, de criarem uma escola de autogestão. E o nosso método de ensino continua a sofrer muita deficiência, devido aos professores que são mal preparados, até às condições sociais dos alunos em suas casas, que as vezes não conseguem se alimentar o mínimo para ter o tempo de ir a escola, muito menos se sentar em casa para estudar as lições dadas. Por parte dos professores, também vivem numa situação de penúria total. E há uma forte ausência não só do governo, mas do estado em geral em relação a esses problemas, que se verifica mais nas zonas rurais. Elas vivem e sobrevivem graças às organizações não-governamentais que atuam implementando o projeto. Sem estas organizações, na verdade o nível de precariedade teria atingido uma situação alarmante.

Apesar de problemas sérios nas comunidades locais, concluem que, existem muitas comunidades resilientes que conseguiram criar associações, centros comunitários, são atores que o Estado pode dialogar, porque eles já estão cientes dos seus problemas e das suas realidades. Desde já que os nossos governantes, consideram que não temos um Estado com pernas para andar.

Quanto ao papel do estado, sistema de saneamento e saúde, salientam que, o papel do Estado é incentivar mais projetos locais, porque nem sempre o Estado consegue chegar a todos, então as ONGs, servem da mão invisível do Estado nas zonas onde ele não chega. Também garantir apoios para realização desses projetos. As ONGs, estão mais presentes nas comunidades rurais do que o próprio Estado. Mas também a nossa comunidade, devido a falta de um Estado organizado, leva-os a não conhecer os seus direitos. Isso leva muitas das vezes o estado a cometer o erro de levar soluções inadaptáveis a algumas comunidades. O estado continua estar em absoluta falta com a

comunidade em todos os sentidos. E deve naturalmente continuar a incentivar os projetos de desenvolvimento locais, desde já que em muitos casos não consegue cumprir com o seu papel em relação às comunidades. Desta forma, tentar chegar a todos com a ajuda das ONGs. Por ex: naquelas zonas mais longínquas, onde o estado não consegue chegar. É necessário e urgente adotar a política de autarquia local, para que as comunidades não se sintam desamparadas. Por outro lado, as pessoas não têm capacidade reivindicativa para fazer pressão e reclamarem os seus direitos junto das entidades públicas. Por isso é necessário capacitar as pessoas da comunidade nesse sentido. Faz todo sentido capacitar as pessoas da comunidade para a área de intervenção local. Com novos óculos conseguirão desenvolver as suas comunidades, mas é importante sempre, a presença do estado. Porque há funções que são exclusivamente do estado. No caso de centro de saúde, posto de segurança, são coisas que o estado deve garantir as pessoas da comunidade rurais e não só, em todo o país. E a verdade seja dita, o estado faz pouco ou quase nada, o que significa que deve fazer muito mais para as comunidades locais. Há comunidades desde quando da sua existência que não sabe o que é uma água potável e a eletricidade. Não se pode pensar que o Estado se quer, pensa que está a fazer alguma coisa. Se na avaliação interna, as pessoas que estão em frente do organismo que compõe o estado pensarem que estão a fazer alguma coisa, estou em condições de pensar que estamos em situação grave e sem retorno. O estado não faz nada, não é questão de fazer mais, quem faz alguma coisa é que faz mais. Além de não fazer, não deixam os outros fazerem.

Alegam que o estado deve procurar conhecer melhor as comunidades, conhecer a população. No sentido de perceber melhor as dificuldades que assola a cada comunidade, e tentar saber o que cada uma precisa mais ou menos. Quando já tem conhecimento sobre a realidade de algumas comunidades, já consegue definir uma visão clara do que deve ser feito em termos de atendimento a nível comunitário. Há que criar condições, não só em termos materiais e financeiros, mas há que se ter uma visão estratégica para perceber como implementar conjunto de ações que visam melhorar condições de vida na comunidade. Mas infelizmente não se verifica nos organismos estatais. Quanto mais longe de Bissau, a presença de Estado fica cada vez menor.

Quanto ao incentivo de desenvolvimento de projetos locais por parte do Estado, deve haver uma descentralização e desconcentração, criar condições e estruturas locais para poder gerir o que é local. Porque o governo não consegue chegar a todos com uma

legislatura de 4 anos. Por outro lado deve haver também uma desconcentração, todas as estruturas que prestam serviços, estão a nível de Bissau. Os serviços devem ser desconcentrados nas comunidades, promover algumas ações que façam com que as comunidades não se sintam dependentes da estrutura central.

Ainda nalgumas comunidades da GB e principalmente aquelas que vivem nas zonas fronteiriças do país, encontram-se com identificação do país vizinho, isto porque o estado é muito ausente naquelas zonas. Essas pessoas preferem recorrer às escolas e consumirem os produtos desses países vizinhos porque ficam-lhes mais perto. O estado é que devia montar um sistema, para perceberem que fazem parte da GB e não daqueles países vizinhos. Por isso que, o estado deve melhorar a sua capacidade organizativa não só administrativa, mas em relação à sua população. Devemos parar de colocar as pessoas incompetentes para dirigir uma área. O estado deve organizar, colocar pessoas capazes para dirigir o país, se um estado não se consegue ter uma estrutura organizada, como é que podemos ter uma comunidade organizada e desenvolvida.

Os entrevistados não deram grande contributo sobre o sistema de saneamento e a saúde, falou-se pouca coisa sobre este assunto.

E em relação ao saneamento básico, consideram que é algo que muita gente desconhece no interior do país e mesmo na capital. As pessoas estão habituadas a construir as suas latrinas e sem pensarem no esgoto. A falta de capacitação e conhecimento, leva a esses tipos de comportamento, e o estado também não faz nada que possa mudar isso. Nas zonas rurais, muita gente está habituada à prática de defecação ao ar livre.

Se formos ver a questão de saneamento básico não é só nas comunidades que a situação contínua péssima, tanto na cidade como nas zonas mais remotas, estão numa situação caótica, imagem das comunidades remotas, aquilo nem se fala, ou seja não há sistema de saúde que funcione somente com um médico e um enfermeiro, cobrindo por exemplo umas 20 ou 30 mil pessoas. O saneamento básico não existe porque não há casas de banho e nem valas para escoamento de esgotos. O que existe é uma salganhada dos dois sistemas.

O sistema de saneamento na GB, deixa muito a desejar, existem vários projetos nesse contexto, mas sem sustentabilidade. Sugerem que haja uma reativação e investimento em agente de saúde comunitária porque existe recursos humanos que estão estáticos.

Quanto ao sistema de saúde frisam ainda que, muitas das vezes INEP desenvolve um estudo no sentido de melhorar o saneamento básico, e apresentam isso aos parceiros, e muitas vezes, os próprios comunitários através de entrevistas e os inquéritos que aplicam, apresentam soluções. Em vários estudos realizados, os caminhos apontados (caminho como este, em vez de dar o dinheiro ao governo, que pode não estar devido a instabilidade, melhor direcioná-lo a comunidade, por que ela estará lá sempre, isso em relação ao crédito do Estado).

No que remonta ao investimento público, fazem uma análise comum em relação ao investimento nas comunidades rurais. Só alguns é que falaram sobre este ponto

No que refere o investimento do sector público nas comunidades locais, consideram que a falta de eleições autárquicas, escassez de recursos por parte de estado, as comunidades locais estão a mercê das suas sortes porque não há investimentos nas zonas rurais, como já referi em uma das passagens deste documento, o único investimento vem dos projetos de desenvolvimento, o que é insuficiente tendo em conta as demandas das comunidades. Pois é urgente investir não só na educação, mas na saúde também. É verdades que em todas as comunidades ou municípios, precisam de escolas de todos os níveis, inclusive o universitário. Na Guiné-Bissau, em geral, precisamos de escolas em todos os cantos., mas também a saúde é fundamental. E as ONGs têm-se batalhado muito nesse sentido, para diminuir as dificuldades no país inteiro. Se não fosse por elas a situação estaria pior.

As fontes alegam ainda, a inexistência, porque Estado não tem verbas para tal. Os “únicos investimentos” que acontecem na comunidade, muitas delas são projetos desenvolvidos por algumas ONGs.

Consideram bom, que o estado, passasse a fazer algo e criar mais políticas direcionadas a essas comunidades. Provendo investimento do sector público à organização da sociedade Civil – OSC (para construção das escolas, hospitais...); Parcerias com Igrejas; Implementação da autarquia local.

A reflexão da investigadora em relação ao papel do estado, afirma-se que temos um estado muito ausente em relação não só com as comunidades rurais, mas com o país inteiro, pelo que pude observar nas comunidades e na cidade também. Mas por outro lado, não podemos ser muito radicais quanto a isso, porque é sabido que, mesmo nos países mais desenvolvidos o estado não consegue responder todas as demandas, daí a necessidade de criar parcerias com organismos não estatais, mas pelo menos o mínimo conseguem. Ao contrário do nosso estado que não consegue garantir nem o mínimo quanto mais o “máximo”. Quando chegou-se a GB, viu muitas coisas como deixou há 7 anos atrás do mesmo jeito, não mudou nem uma palha se quer. Desde a nossa independência o que é que o nosso estado tem feito para o país inteiro, nada. Mesmo que não conseguisse chegar às zonas mais longínquas do país mas ao menos que chegasse a toda população da cidade de Bissau. Porque mesmo na cidade as pessoas ainda lutam para fazer face às necessidades básicas para sobreviverem. Se isto acontece em Bissau, nem se pode imaginar como é fora de Bissau. As comunidades rurais têm sobrevivido graças às ONGs.

A pergunta que não se quer calar, afinal a quem é o que o estado tem-se chegado durante esses anos todos que passaram? Porque a população continua a reclamar das mesmas necessidades, falta de bons hospitais, escolas, águas, energia, infraestruturas, transportes, etc. Ao fim desses anos, o estado conseguiu chegar a quem? Porque a população toda continua descontente com a forte ausência do estado em relação aos problemas que os afetam. O autor Joseph Ki-Zerbo dizia no seu livro intitulado para quando a África, a forma de alcançar desenvolvimentos. Alegando que a África precisa de tomar iniciativas próprias, trabalhar com os seus recursos e as suas ferramentas sem esperar ajuda externa inicialmente. Na sua ótica de pensar, a ajuda espera-se depois, mas os primeiros passos devem ser dados pelos próprios africanos. Foi-se buscar essa ideia, a lógica de que realmente faz todo o sentido, mas no caso do nosso país onde o estado não faz nada, como é que as comunidades vão conseguir desenvolver se não têm ajuda interna e contam mais com ajudas externas. Realmente a maioria das nossas comunidades rurais são munidas de iniciativas próprias, mas só conseguem levá-los adiante com ajuda das ONGs financiada muitas das vezes pelos organismos internacionais.

- Capacitação dos jovens e não só, de todos os interessados para a área de intervenção social

Todas as formações dessa característica é bem-vinda nas comunidades e mesmo na cidade, as pessoas estão a precisar. Algumas ONGs já fazem isso hoje em dia, procuram capacitar os jovens de uma certa comunidade, e esses mesmos jovens procuram desenvolver hoje em dia algo para as suas comunidades. No entanto, desta forma, estarão a sentir úteis. E na comunidade de “ponta nobo”, nota-se grande carência em termos de conhecimento. Digo isto porque tive oportunidade de falar com o diretor de uma escola, onde ele disse que só tem 9º ano de escolaridade, teve-se oportunidade enquanto investigadora de comunicar também com um professor, que disse que só tem 6º ano de escolaridade. Como é que uma comunidade pode desenvolver sem um ensino educativo de qualidade. Dito isto, estamos perante uma comunidade que carece de professores e de formadores profissionais, para levar uma luz, um despertar de consciência a essas pessoas. Só com noção básica da importância da educação que vão passar a valorizar mais as escolas, por um lado. Por outro lado, as pessoas precisam de ser capacitadas para a área do saneamento básico, só assim, perceberão o risco que correm todos os dias de apanhar uma doença grave. Mas, é preciso um longo trabalho nesse sentido, mas sempre junto das pessoas inseridas nesse meio.

- Saneamento

Quanto à questão do saneamento, é uma prática mal feita não só nas comunidades rurais, mas no país inteiro. As pessoas na cidade fazem esgoto sanitário ao pé do poço do vizinho. E isso explica várias doenças que as pessoas sofrem durante ano todo. Há uma crescente falta de organização em termos de saneamento na cidade de Bissau. Nas comunidades nem se fala nisso, as pessoas têm as suas culturas, tradições, hábitos e costumes. Para muitas das pessoas, principalmente homens na comunidade, a defecação ao ar livre é melhor do que estarem a irem a frequentar o mesmo sítio (latrinas) com as suas mulheres e os seus filhos. Tanto assim, que houve um projeto da construção de latrinas numa outra comunidade que não deu certo, porque não se procurou trabalhar junto de comunidade, capacitar as pessoas antes, informar as pessoas que benefícios terão, explicar os riscos de saúde que evitariam. Mas não, simplesmente foram lá “plantar” latrinas e as pessoas continuaram com as suas práticas de defecarem ao ar livre e com latrinas ao lado sem serem utilizados. Por isso que todos os projetos devem

ser feitos em conjunto com a comunidade, porque ela sabe melhor os seus problemas, dificuldades e do que precisa, não adianta levar à comunidade o que ela não pediu, porque não terá impacto positivo.

7.3-As importâncias das ONGs nas comunidades rurais do país.

As fontes afirmam que, em todas as áreas, as ONGs têm tido papéis fundamentais, nas muitas comunidades e alegam a sua presença. Creio que sem elas, a situação estaria pior. Consideram que, as ONGs têm desempenhado um papel muito importante dependendo da área de atuação no desenvolvimento local. Há ONGs que estão a trabalhar na erradicação da defecação ao ar livre; na questão de combate à mutilação genital feminina; Questões a furos de águas; Nas questões de acesso a educação para raparigas portadoras de deficiência; Nas questões de auxílios as meninas vítimas de casamento forçado, nalguns momentos era tabu falar dessas questões, mas as ONGs estão a reverter esta realidade. É de louvar e reforçar a capacidade de atuação das ONGs e é preciso criar um espaço de diálogo e concertação maior entre as ONGs, Estado, parceiros internacionais e líderes religiosos. Mas, percebe-se que, as ONGs acabam por chegar aonde o estado não chega, muitas das vezes acabam por colmatar as lacunas deixadas pelo estado. Assim sendo, essas organizações acabam por ser agentes promotores e motores do desenvolvimento das comunidades locais, em alguns casos, acabam por substituir o estado. Elas procuram responder às demandas das comunidades através do desenvolvimento de alguns projetos, por ex: na área de saúde, na área de educação capacitação dos professores, na área de segurança alimentar, na área de saneamento básico, com realizações destes projetos nessas áreas acabam por satisfazer as necessidades da comunidade, que deviam ser satisfeita pelo estado.

Apresentam ainda uma visão um pouco radical em relação a ausência do estado, e engrandecem mais ainda o papel das ONGs. Concluem que, as ONGs fazem mais que o Estado na GB, garantem mais serviços às pessoas da comunidade, prestam mais socorros às pessoas. E na maioria das vezes, numa situação de emergência as ONGs é que são chamadas. É muito mais fácil encontrar uma placa de um projeto feito pelas ONGs e financiado pela UE. Muitas das vezes o estado não apoia as ONGs, muito que possa fazer é complicar a situação. O estado deve assumir claramente que tem dificuldades, o que deve fazer é tentar criar parcerias com ONGs, porque o estado deve saber o que as ONGs estão a fazer, mas há que se fazer respeitar. Colocar os técnicos no

terreno, as pessoas com capacidade e orientados para fazer trabalhos, que não dependem dos ministros ou das crises políticas. Mas em termos gerais a ideia que fica é que, as ONGs têm complementado o Estado no desenvolvimento comunitário, ou até muitas vezes substituído o Estado em certas comunidades. Devido a ausência total do Estado, a população acaba vendo as ONGs como alternativa e muitos até confundem ONGs com o próprio Estado. O desenvolvimento comunitário da Guiné-Bissau, praticamente é feito através das ONGs em todos os domínios. E é pertinente capacitar pessoas e principalmente jovens para área de intervenção social, porque sem esta área de conhecimento os trabalhos sociais e comunitários ficam aquém das expectativas. Muitas vezes há amadores nessas áreas, o que influencia negativamente nos resultados preconizados pelos trabalhos desenvolvidos. E é preciso este trabalho a base da união porque o trabalho comunitário, como o próprio nome indica, não se faz individualmente, mas sim em grupos que tenham objetivos comuns.

Papel das ONGs, do ponto de vista da investigadora, segundo o que foi observado na comunidade “ponta nobo” e pelas auscultações das pessoas, percebe-se de que sem as ONGs na GB a situação seria pior. Por exemplo na comunidade “ponta nobo” viu-se o trabalho de algumas ONGs, através de uma escola que construíram e de um poço com roldana. E as próprias pessoas dessa comunidade deram seus testemunhos de que nunca sentiram presença do Estado, tudo que têm conseguido hoje em dia é graça as ONGs. As ONGs têm feito um bom trabalho na maioria dos casos, financiadas pelos organismos internacionais, o nosso estado não faz nada e nunca fez e nem sabemos se algum dia vai fazer. Há muita comunidade hoje em dia desenvolvida, umas mais avançadas e outras menos avançadas, graças à colaboração e parcerias que fazem com as ONGs e vão sobrevivendo desta forma. Isso vem provar que realmente as ONGs, têm estado a trabalhar arduamente em prol do desenvolvimento das comunidades rurais e não só, do país inteiro. Porque tive oportunidade de ver os trabalhos que fizeram na comunidade “ponta nobo” e na cidade também cheguei a conhecer alguns projetos e outros já realizados, alguns tiveram sucessos e outros não.

7.4- Os contributos do conceito da E.S do ponto de vista dos entrevistados

Neste ponto, houve muita divergência por parte dos entrevistados no que remonta a definição do conceito da economia solidária.

Passo a citar os conceitos e a noção que cada um apresentou:

1-A economia solidária é um termo novo que muita gente desconhece e não é tão vulgar ainda. Houve uma formação feita na Tiniguena sobre economia solidária em busca criativa, algumas pessoas do INEP foram participar. Mas não é algo de que se fala muito no país. Por isso, quando se vai falar disto às pessoas da comunidade, primeiramente deve-se explicar o que significa e como pode ser benéfico para a mesma. É um conceito muito interessante.

2- Este afirma que a economia solidária pode aparentar ser um conceito novo, mas é uma forma de democratizar a cultura ou fazer dialogar as culturas, a seu ver. É um segmento cultural que até há pouco tempo era colocado em segundo plano. No entanto qualquer ação ligada a economia solidária, criativa, simplesmente assenta no objetivo de proporcionar a interculturalidade entre povo. Porque todos aceitamos a cultura do outro, mas não dialogamos. E para a GB pode ser interessante passar por uma terapia de interagir com outras culturas, passamos por tantos conflitos traumáticos, estamos a precisar de conviver e viver esta forma de nova economia solidária, e o que será economia solidária e criativa para nós os guineenses. Há uma falta de definição comum sobre economia solidária. Por ex. Austrália, Inglaterra, Brasil, Portugal e a Índia têm conceitos diferentes.

3- Considera ser um conceito novo muito bom, na medida em que desperta a população na atividade que desenvolvem, de como guardar os seus rendimentos e a forma como gerir esses rendimentos e de que modos podem aplicá-los para obter mais ganhos. Tive a oportunidade de conhecer Braima Sambu, (procivicus) através dele que tive oportunidade de conhecer um pouco desse conceito.

4- Em certa medida, a economia solidária já está enraizada nas nossas comunidades, na nossa cultura, em função das necessidades gritantes das comunidades e acabam por organizar-se entre elas para conseguirem dar resposta as suas comunidades. E se fomentar a promoção dessa economia solidária, parte-se se calhar de mais solidificação, mais a própria noção do quê que é isso e a própria organização das estruturas que pode suportar essas economias mais solidárias, é uma resposta que pode dar, na minha opinião pode ser bastante eficaz aos problemas das comunidades. Não é algo que já não se faça nas comunidades, não é algo muito fora da nossa realidade, porque hoje em dia as comunidades estão habituadas a serem reinventadas para se poderem sobreviver e

nessa reinvenção esta economia está sempre presente. É algo que melhor estruturado, pode dar uma melhor resposta a aquilo que é necessidade das comunidades.

5- Frisa que, tradicionalmente a GB é um país com tradições voltadas para a solidariedade, mesmo nesse domínio também económico. Acha que é uma maneira inteligente de apoiar sobretudo as mulheres. As mulheres são fundamentais no ciclo económico na GB. A economia formal, grande fator dinamizador da nossa economia formal está nas mãos das mulheres. E se quisermos envolvê-las neste “nova vaga, nova “onda da economia informal, esse resultado pode ser bom.

6- Apresenta a forma de como isso poderia dar certo ou funcionar nas nossas comunidades e que providências devem ser tomadas. Fazia sentido que à volta desta economia, que houvesse um conjunto de regras que podem salvaguardar muitas situações como a dinâmica da própria população. Devidas a muitas dificuldades e crises, verifica-se pouca honestidade, e os guineenses têm hábito, quando querem uma coisa, fazem de tudo para o ter, mas ao obtê-lo, começam a arranjar formas e argumentos para não devolver. Por exemplo, temos aquele sistema de crédito a nível de aldeia que é concedido às pessoas para desenvolverem as suas atividades geradoras de rendimento. Mas quando as atividades não são geradoras de rendimento é complicado para as pessoas pagarem empréstimo concedido, e isso acaba por induzir muita gente a ser desonesto. Normalmente é fundamental levar em causa e analisar todas as consequências que eventualmente poderão surgir na concessão de crédito.

Por exemplo na região de Cacheu, o sistema de crédito é individual, mas responsabilidade coletiva. Deve haver grupos de pessoas que vão se comprometer para que possam obter crédito.

7- Se esta nova economia for bem acatada pode ser muito útil para as nossas comunidades. Vai ajudar a comunidade a saber fazer melhor a sua gestão em todos os aspetos, como sendo uma alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão social, na forma de uma corrente do bem que integra quem produz, quem vende, quem troca e quem compra. Seus princípios são autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito pela natureza, comércio justo e consumo solidário.

7.5-Perspectiva futura e propostas dos entrevistados

Quanto a perspectiva futura, foram apresentadas várias propostas por parte dos entrevistados durante o decorrer da análise, que passo a citar:

Propostas para erradicar a pobreza

Para erradicar a pobreza, os recursos devem ser bem explorados e distribuídos. Também a centralização de todos os sistemas na cidade de Bissau, falta de vias de acesso a essas comunidades, contribui também para que a pobreza intensificasse cada vez mais, porque não permite o escoamento dos produtos locais.

Salienta-se que para colmatar esta situação, para manter a fixação dos jovens, há que se pensar num pilar. Por ex: investir na educação desses jovens, para ganharem conhecimento. Pois esse conhecimento lhes dará uma garantia de criarem o próprio emprego na comunidade, para isso há que terem uma base.

Alega que, para melhorar as condições de vidas das pessoas, como forma de diminuir a pobreza, em primeiro lugar, o país deve conhecer a estabilidade política. As pessoas devem consumir, mas pensar na geração futura, renovando e conservando as plantações, mas para isso há que haver estabilidade política. Também é necessária uma organização e estruturação na sociedade, deixar os mais capacitados governarem o país. Deve haver políticas públicas bem definidas por parte do Estado. São necessárias políticas direcionadas a zona rurais.

Tentou-se falar do que pode fazer para melhorar esses problemas na comunidade, alegando que a falta de sustentabilidade, segmento e orientação agronómica podiam ser fatores mobilizadores para uma mudança de paradigma. Também a mudança de comportamento e atitude alimentícia (várias alimentações dependendo da época, podia ser um contributo fundamental no desenvolvimento económico das pessoas na comunidade.

7.6-Propostas em relação ao papel do Estado

No que diz respeito ao investimento do sector público, o Estado devia criar um fundo estatal para apoiar projetos nas comunidades locais. Também o Estado deve acompanhar esses trabalhos, não é só financiar, mas acompanhar o processo, controlar de uma certa forma, de como será injetado o dinheiro. As ONGs acabam por receber mais apoios internacionais do que apoio nacional. Também é um fator que deve ser repensado.

Pode ser uma alternativa, dar algumas ações de acordo com as necessidades locais para estes atores, porque são pessoas que já estão adaptadas as suas comunidades, sabem os seus problemas, sabem do que precisam. Com essas ações podem ir desenvolvendo as suas comunidades consoante as suas necessidades.

Quanto ao investimento público, apesar de todas essas crises, conflitos e incongruências políticas, ainda têm parceiros que não nos abandonaram, ainda faz questões inclusive simples, que o Estado legalizasse e moralizasse os seus atos, fazem do Estado de ponte de comunicação com a comunidade. Então o Estado pode usar esta simpatia que os parceiros têm em relação a GB, para fazer ações cheguem centros comunitários, associações, ONGs que atuam, para que as comunidades não se sintam totalmente desamparadas. Penso que poderá ser um mecanismo mais viável.

Em relação ao apoio especializado à comunidade, por exemplo o estado pode colocar as escolas e cumprir com a sua parte. Mas a comunidade também deve assumir uma parte de responsabilidade, por exemplo garantir que a escola se mantém por muito tempo. Como, dando contribuição ou “abota” para pagamento dos professores, garantir o cuidado físico da escola. Porque o estado tem a sua obrigação e responsabilidade de criar escola, e a comunidade com a sua função de manter escola funcional. Ou seja, deve haver uma partilha de responsabilidade entre estado e comunidade. Mas para isso é preciso um trabalho de sensibilização. Faz sentido construção de uma escola secundária desde que justifique. Mas para que tudo dê certo numa comunidade é muito importante a coesão, a unidade entre os chefes tradicionais na comunidade.

Um sugestão, o estado deve naturalmente continuar a incentivar os projetos de desenvolvimento locais, desde já que em muitos casos não consegue cumprir com o seu papel em relação as comunidades. Desta forma, tentar chegar a todos com ajuda das ONGs. Por ex: naquelas zonas mais longínquas, onde o estado não consegue chegar. É necessário e urgente que se adote a política de autarquia local, para que as comunidades não se sintam desamparadas. Por outro lado, as pessoas não têm capacidade reivindicativa para fazer pressão e reclamarem os seus direitos junto das entidades públicas. Por isso é necessário capacitar as pessoas da comunidade nesse sentido. Faz todo o sentido capacitar as pessoas da comunidade para área de intervenção local. Com novos óculos conseguirão desenvolver as suas comunidades, mas é sempre importante a presença do estado. Porque há funções que são exclusivamente do estado. Como o caso de centro de saúde, posto de segurança, são coisas que o estado deve garantir as pessoas da comunidade rurais e não só, em todo o país.

Considera-se muito importante capacitar as pessoas para área de intervenção social, não só faz sentido como é imperativo. As pessoas têm vontade, e há pessoas que já tem domínio de muita coisa. Mas para mim fazia sentido criar mecanismos que pudessem apoiar mais esses jovens, não só jovens, todas as pessoas que querem ter intervenção comunitária. Não quer dizer que têm que ir para escola, mas têm que ter alguns instrumentos de intervenção comunitária, na minha opinião é muito importante. E o que fazemos em relação a isso é formar jovens sobre a importância da participação e a importância de terem vozes.

Para complementar, quanto ao incentivo de desenvolvimento de projetos locais por parte de Estado, na minha opinião deve haver uma descentralização e desconcentração, criar condições e estruturas locais para poder gerir o que é local. Porque o governo não consegue chegar a todos com uma legislatura de 4 anos. A minha sugestão seria realização das eleições autarcas, através da criação da estrutura local, onde vão poder identificar os reais problemas locais e através das autarquias locais, haverá desenvolvimento. Por outro lado deve haver também uma desconcentração, todas as estruturas que prestam serviços, estão a nível de Bissau. Os serviços devem ser desconcentrados nas comunidades, promover algumas ações que façam com que as comunidades não se sintam dependentes da estrutura central.

Considera pertinente sim que o nosso estado incentivasse mais projetos de intervenção social, porque é importante focar, realmente nas zonas rurais, tendo em conta as suas vulnerabilidades em todos os sectores. Por outro lado, não só desenvolvimento de projetos, mas sim programas para cobrir diferentes problemas e riscos existentes. Terem noção que os projetos têm tempo de vida curto enquanto o programa demora mais tempo. Além destes acima apontados, também o próprio estado tem que estar presente em outras ações mais duradouras.

7.7-Comentários finais sobre este projeto na perspetivas dos entrevistados

Cada entrevistado procurou apresentar a sua opinião em relação à perspetiva futura, daí a necessidade de elencar os comentários de uma forma ordenada.

1-Considera projeto não inovador, mas que se vingar, vai trazer algo muito benéfico para as comunidades e não só, para o país inteiro. Porque há uma carência enorme de uma unidade de conservação de produtos no país. Quando se consegue conservar produtos, isso vai incentivar o aumento da produção, consumo saudável, e vai impulsionar crescimento da economia do país.

O país todo está carente da presença do Estado em todos os sentidos, por isso na minha opinião o Estado deve começar a marcar mais presença, principalmente nas zonas mais necessitadas (zonas rurais). Começar a satisfazer as necessidades básicas, por ex: construção de posto médico, água, energia, escolas. São coisas que fazem mais falta nas comunidades locais. Muitas das vezes elas tentam colmatar essas lacunas por conta própria, às vezes conseguem outras vezes não. Algumas com ajuda das ONGs financiadas pelos organismos internacionais, conseguem satisfazer algumas necessidades básicas, por ex: no caso água, escolas, etc.

2-Quanto a perspetiva futura para com este projeto, na minha opinião é um projeto ambicioso e urgente inclusive depois de auscultação e que seja executável. É um projeto realista, eficiente e necessário para qualquer comunidade, com certas adaptações.

3-, Quanto ao projeto, penso que com as informações que recolheste, poderá ser algo útil para a comunidade e para todo o país. Isto quer dizer o teu objetivo é trabalhar na melhoria de comercialização de produtos locais produzidos. A minha sugestão, deve conhecer a causa e raiz desta falta de capacidade de comercializarem os seus produtos.

Penso que com boas bases, conseguiras fazer um grande projeto, mas aconselho a dizer unidade de conservação e não fábrica. Porque a fábrica requer uma dimensão maior. Considero um projeto bastante pertinente.

4- Quanto a este projeto, não conheço tão a fundo a ponto de poder julgar, máximo que posso fazer são algumas recomendações: deve ser construída dentro de raiz com a própria comunidade, isso permite melhor garantia e apropriação da parte da comunidade e isso leva a melhor eficácia, identificar os constrangimentos que o projeto pode encontrar a médio e longo prazo. De uma forma geral um projeto desse género é muito louvável e urgente nas nossas comunidades.

5-não considero que seja ambição este projeto, mas sim é força do querer e vontade. Mas vemos nos próximos tempos como uma referência a nível de ONG no domínio de cidadania e ativismo, com projetos na área de educação e saúde a nível de intervenção social.

6- Normalmente, projeto é conjunto de ações que visa mobilizar tanto recursos humanos como material financeiro para poder ajudar ou minimizar alguns problemas e dificuldade encontrada numa determinada localidade. Também tem como objetivo promover alguma transformação positiva a nível de comunidade. Considero tudo que é projeto é salutar, porque projeto é uma preocupação que alguns atores têm para poder atender as dificuldades de grupo algo ou de uma comunidade. Mas, projeto não tem que ser algo para as pessoas ouvirem ou para os ingleses verem, projeto tem que ser algo muito consistente, durável e sustentável, por isso que é necessário debater sempre sobre o seu projeto. Se os recursos mobilizados terminarem, que estratégia de fazer para mobilizar outro recurso para manter o projeto. Alma de qualquer projeto é a sua durabilidade e sustentabilidade. Um projeto deve ser específico, mensurável, aceitável, realístico e enquadrado num tempo. O objetivo tem ser específico para atender um problema específico e ver se é quantificável e se é exequível ou não, e ver o período de tempo. O mais importante é a sua visão pós projeto. O projeto deve ser bem planeado, e deve seguir todos os passos de planificação para não surgir imprevisto. E também um investigador deve ser ágil e conhecer bem o contexto.

Entrevistado G, consideração final para este projeto, espero que seja realidade, porque as pessoas dessas zonas estão a necessitar. E devido a importância do trabalho no

terreno, a perspectiva é envolver mais comunidades da intervenção. E também introduzir atividades geradoras de Rendimento – AGR e alfabetização nas comunidades.

7.8-Apreciação final sobre projeto

Enquanto a investigadora, afirmo estar esperançosa que tudo vai correr bem, espero levar este projeto adiante. Perspetiva-se muitas coisas, e está cheia de expectativa. Na GB os projetos deste género estão a fazer muita falta principalmente no interior do país. Tudo que diz respeito em desenvolver algo na comunidade é bem-vindo, e as pessoas da comunidade “ponta nobo” ficaram contente com este projeto, e desejam a sua realização. Tanto assim, que puseram em disposição para qualquer apoio que possam presta, estão disposto a colaborar em todos os sentidos. Pretende-se dar o máximo, não pretende sossegar enquanto não conseguir tornar este projeto em realidade, percebeu a necessidade e esperança nos olhos daquelas pessoas, e isso lhe faz a não desistir deste projeto. Com ou sem ajuda do nosso estado, procurar-se-á outras saídas para avançar com projeto. Porque percebe-se que estará a mudar vida das pessoas para melhor, estará a empregar jovens. Acredita que vai conseguir, conta com total apoio da comunidade e dos seus familiares.

7.9-Balanco das entrevistas

Uma conclusão geral em torno destas entrevistas, primeiramente gostaria dizer que tinha mais entrevistas, mas acabou-se por perder as gravações por falta de capacidade minha em saber lidar com gravadores profissionais na GB. Ficou-se triste, porque sentiu que, com as entrevistas que perdeu, enriquecia mais a tese. Mas quer salientar que, com todas essas dificuldades mencionadas, foi possível fazer as entrevistas, foi possível um aprendizado com as pessoas entrevistadas. Obteve conhecimentos, que nunca imaginou um dia obter. Cada um foi diferente na sua forma de abordar e explicar as situações, todos já tiverem experiencia de desenvolvimentos de projetos nas comunidades e continuam atuar nesse sentido, mas cada um com a sua particularidade. Foram bastante abertos e disponíveis, mas nem todos, há sempre uma exceção. Assim sendo, começa por agradecer e louvar a todos que acolheram este projeto e que de alguma forma exerce uma expectativa sobre ele. Passando para a parte mais importante da entrevista, que é a minha apreciação enquanto investigadora. Antes de mais, todas as entrevistas, foram

muito produtivas, umas mais que outras. Mas, há uns reparos a fazer sobre pontos fortes e fracos de algumas entrevistas. A primeira entrevista, tem como ponto forte a transparência e a capacidade síntese do entrevistado em algumas perguntas de características muito amplas. Também a noção clara sobre alguns conceitos, e sobre desenvolvimento de projeto de intervenção social e a sua importância na comunidade. Quando ao entrevistado B, tem como ponto forte e o seu ponto fraco é o seu receio em relação ao conceito da economia solidária, que até faz ideia do que é, mas acaba por ficar acanhado com receio de estar a passar uma informação a qual não tem domínio. Também foi muito sucinto e pouco produtivo nas suas respostas, não sei se a pressa que tinha em terminar a entrevista justifica esse ponto. E em termos de balanço geral, posso considerar positivo, mas com as suas falhas, por minha parte como por parte dos entrevistados que de alguma forma, a maioria fugiu à questão relacionada com conceito da economia solidária, por um lado. E por outro lado, não consegui identificar pontos fortes em todas as entrevistas, só em algumas.

Conclusão

O projeto procurou estudar o impacto que a implementação de uma unidade de conservação de produtos agrícolas poderia ter ou contribuiria para erradicação da pobreza na comunidade de “ponta nobo”. Gostaria de frisar que, a pobreza no país em geral é absoluto. Desde a nossa independência até então, não houve uma evolução significativa em relação as atividades que possam contribuir para erradicação da pobreza na Guiné-Bissau. De acordo com os resultados das entrevistas, e com as auscultações feitas aos integrantes da própria comunidade, teria um impacto positivo e contribuiria bastante na diminuição da pobreza. Devido a enorme dificuldade que se vive na comunidade, devido a grande perda dos produtos que não são comercializados por falta de vias de acesso e acabam por estragar por falta de uma conservação adequada. Também a falta das infra-estruturas e a constante ausência do Estado nessa e nas outras comunidades, faz com que a pobreza se intensifique a cada dia. Enquanto não houver uma presença forte do nosso Estado em todas as comunidades, as pessoas vão continuar a viver numa pobreza extrema. A pobreza é mais vivenciada nas zonas rurais, porque são zonas que não se usufruem de políticas públicas, são zonas em que o estado não chega, mas também isso acontece nas zonas urbanas, mas com menor peso, por causa das políticas públicas que estão concentrados nessa zona. Também a falta de descentralização dessas políticas acaba por pesar muito nessas comunidades rurais.

Para terminar, gostaria de frisar que, realmente a comunidade “ponta nobo” está a precisar urgentemente de ajuda. Em termos afetivos são pessoas humildes, amáveis, com vontade de alcançar a mudança. Mas precisam de alguém que lhes dêem uma mãozinha para que isso se torne realidade. São pessoas com vontade, atitude e com iniciativas. Mas não têm condições para prosseguir com as suas iniciativas, aí é o que Estado devia intervir e apoiar no que for necessário. Mas infelizmente não está acontecer desta forma, devido a ausência do mesmo.

Estas pessoas, antigamente produziam tudo e mais alguma coisa, mas hoje em dia, deixaram de produzir muita coisa por falta de meios para escoar os seus produtos e não só, também alguns animais estragam a plantação. Tive oportunidade de ser levada ao local da plantação, pude ver de perto as horticulturas, também visitei as antigas e novas escolas da comunidade. É uma comunidade com uma certa organização, munidas das

suas regras, tradições e costumes. As mulheres estão viradas mais para horticultura e os homens para rizicultura. A rotina delas é levantarem-se logo de manhã, para irem ver como estão as suas hortas. Esta comunidade contém bastante jovens, com vontade de evoluir pessoalmente e fazer algo para comunidade.

Em relação à economia solidária e o desenvolvimento local, pode-se concluir que, apesar das dificuldades, a economia solidária continua a crescer e são significativos os resultados e os benefícios no campo da criação de postos de trabalho, de rendimento, bem como na fomentação do desenvolvimento local e da preservação do meio ambiente. Dadas as perspectivas “a economia solidária é um desafio num campo aberto de possibilidades” (Culti, 2006), buscando a unidade de produção sem excluir crescentes sectores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios, gerando crises recessivas, hoje de alcance global. Neste sentido emerge outra qualidade de vida e de consumo, só possível com a solidariedade entre os cidadãos do mundo. A sua proposta é uma atividade económica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência.

Para as sociedades que se encontram debilitadas de políticas públicas pertinentes e com elevados índices de desertificação e carências monetárias para a maior parte da população residente como no caso da comunidade “ponta nobo”, torna-se extremamente necessário apoio político/institucional que fomente a construção de empreendimentos capazes de fomentar o desenvolvimento local, com melhores vias de acesso, melhores escolas e educação de qualidade, melhoria geral das condições de vida da população e industrialização que beneficie a procura de emprego. Só assim, baseando numa economia solidária, se conseguirá combater a pobreza, desertificação e desigualdades sociais distribuindo por igual: terra, emprego e condições de vida.

Neste sentido torna-se necessário implementar políticas que fomentem o desenvolvimento destas regiões onde a desertificação, o desemprego, e as maiores causas de pobreza acontecem. Os atuais tempos parecem ser a luz ao fundo do túnel desenvolvendo novas agendas, novas formas de procura para o mundo do trabalho e para os seus gestores. É sabido que as sociedades e os seus respectivos sistemas económicos regem-se por lógicas e regulamentos muito próprios. Assim, a Economia Solidária surge como estratégia de inclusão económica e social, visto que esta oferece um caminho com potencial para o desenvolvimento, em especial o local ou territorial

sustentável. Podemos dizer, à semelhança de Singer (2004), que a economia solidária já firmou a sua identidade e por causa disso está em condições de se estruturar, a nível local, regional e nacional.

Contudo, não devemos esquecer que o desenvolvimento é um fenómeno resultante das relações humanas. São as pessoas que, dependendo do sonho, do desejo, da vontade, da adesão, das decisões e das suas próprias escolhas, contribuem para o desenvolvimento. Assim sendo, cabe a cada um nós participar neste desenvolvimento. E os indivíduos da comunidade “ponta nobo” dispostos a lutarem para o desenvolvimento da sua comunidade, basta terem apoio nesse sentido.

Quanto ao conceito do desenvolvimento sustentável, é de frisar que este conceito necessita de cuidado na sua utilização. O debate sobre sustentabilidade, que se iniciou na ecologia (ou nas ciências biológicas) e vem manifestando para a economia, é bastante produtivo, pois coloca a nu a necessidade imperiosa de um novo paradigma social económico ou novo estilo de desenvolvimento, pois que o atual mostrou-se insustentável, de diversas perspetivas, sendo uma delas, a da conscientização da finitude dos recursos, mas o debate ainda não caminhou o suficiente para criar um consenso amplamente entendido e aceite. Além disso, é preciso cautela do ponto de vista estritamente técnico. A discussão sobre sustentabilidade - quando se trata dos recursos naturais, isto é, com a manutenção da produtividade desses recursos, pressupõe um conhecimento científico que inexistente hoje, para dar conta de informar exatamente, com segurança, todas as decisões que envolvem o ambiente e a qualidade de vida do homem. A capacidade e a velocidade da sociedade industrial contemporânea na criação de novos produtos e situações de risco é maior do que a capacidade da ciência de verificação de suas consequências. Assim, esperar que a ciência dê os limites para entender a capacidade de suporte dos recursos pode significar buscar apenas soluções técnicas para os problemas.

Aspecto positivo da conclusão

1. Há uma associação nesta comunidade, gerida por eles, onde fazem um trabalho louvável, espécie da economia solidária. Cada integrante que tem algum trabalho a fazer, por ex: construção de uma casa ou plantação de arroz, criam um grupo e organizam para ajudar essa pessoa.

2. O aspeto positivo a mencionar, é que já passaram algumas ONGs nesta comunidade, por ex: a comunidade tem uma cantina escolar feita por programa alimentar mundial (PAM), financiado por UE, a mesma organização fez um poço com roldana para facilitar as pessoas, quando vão apanhar água.
3. O último ponto positivo, é que já há eletricidade nesta comunidade, e agora quase toda gente tem uma moto, antigamente, quando era criança, as pessoas só andavam de bicicleta e com a lanterna. Há uma grande evolução nesse sentido.

Aspeto Negativo da conclusão

1. As pessoas continuam a aproveitar só da castanha de caju, e a própria fruta caju é deitado para os porcos comerem ou no lixo. Enquanto no Brasil fazem até hambúrguer com esta fruta, para além das bolachas, os doces e os sumos.
2. As crianças continuam a não irem para escola, porque têm que ir para o campo ajudar os mais velhos.
3. Uma pessoa que só tem o 9ºano não pode ser diretor de uma escola, um professor só com o 6º ano, ainda não sabe ler e escrever direito, são aspetos que carecem de muita atenção
4. Uma comunidade como esta e a dimensão que tem, sem um posto médico.
5. Uma comunidade desta dimensão carece da presença do Estado, há falta de segurança pública. As pessoas já não fazem criação de gado, com medo de serem roubados por outras pessoas.

De acordo com os dados recolhidos através das entrevistas, na verdade, se o projeto for executado, segundo os entrevistados e as pessoas da comunidade, essas hipóteses confirmariam sim, foram respondidas e verificadas na comunidade em termos teórico porque na realidade o projeto ainda não se realizou.

Os conceitos foram úteis sim, no sentido de que ajudou a orientar e a formular as ideias de que como tornar este projeto exequível. Ainda fez perceber o quanto é importante ajudar os outros. O conceito da pobreza, é um conceito que te ajuda a ter noção do que é este fenómeno, e o que tens a fazer para erradicá-lo na prática, tudo o que este conceito refere na teoria pude observá-lo na prática nesta comunidade e também deu-me uma luz de como ajudar essas pessoas a minimizar as suas dificuldades. Este conceito permitiu-me perceber que tipo de pobreza assola esta comunidade, a comunidade “Ponta Nobo” enquadra-se no tipo da pobreza absoluta, onde a dificuldade é enorme em termos de satisfação dos produtos da primeira necessidade.

Em relação a economia solidária, este conceito já estava muito presente nesta comunidade, percebe-se a união entre eles por uma determinada causa. Por exemplo: quando uma pessoa tem muito trabalho para além da sua capacidade, juntam-se para prestar ajuda a este indivíduo. Também têm presente o costume de fazer “abotas” dentro das associações criadas por eles, no sentido de entre ajuda, no momento de aflição. Este conceito estimula as pessoas a sentirem-se útil novamente, devolve a dignidade as pessoas, motiva qualquer um a trabalhar para o bem comum. Com este conceito procurou-se desenvolver as técnicas de como seguir com este projecto para que torne num projecto de sucesso, com colaboração de todos.

O desenvolvimento local/comunitário, este conceito foi bastante útil para investigação, inspirou-se muito nele, para motivar e incentivar as pessoas dessa comunidade, como podem desenvolver com as ferramentas que têm, fazerem do pequeno o grande. Dá-te uma visão do panorama do que é desenvolvimento local e no que consiste. Este conceito visa crescimento de uma certa localidade, objetivo deste projeto é ajudar no crescimento e desenvolvimento desta comunidade. Mas, a base de uma certa organização, união e a colaboração por parte dos seus membros.

Por fim desenvolvimento sustentável, contribui bastante na partilha das conversas que tive com as pessoas da comunidade. Mas, já estava enraizada naquela comunidade,

observou-se isso através das suas actividades e também pelo que foi dito a investigadora durante a conversa. Segundo o chefe da comunidade, eles têm hábito de cortar as madeiras para satisfazerem as suas necessidades, mas sem comprometer as gerações futuras, plantam a outra árvore no lugar da que foi cortada. O desenvolvimento sustentável, serve como factor mobilizador de mudança e transformador das sociedades e das pessoas também. Este conceito ajudou-me a informar e capacitar as pessoas da comunidade *ponta nobo*, de como desenvolver e satisfazerem as suas necessidades sem comprometer as da geração futura, reforçando-se assim noção básica que têm nesse campo. Este conceito contribui também na preservação do meio ambiente.

As minhas propostas enquanto investigadora para erradicar a pobreza

O estado devia arranjar técnicos para capacitar essas pessoas na forma de lidar com esses problemas e assim garantido a segurança alimentar. Mas, como temos um estado que nem se quer se interessa com o problema da cidade quanto mais das comunidades rurais.

As comunidades em geral estão a precisar destes tipos de projetos, voltados para a comunidade, e pensada em conjunto com as pessoas da comunidade, só com desenvolvimentos de vários projetos é que vamos poder falar em comunidades desenvolvidas e com uma certa qualidade de vida. Há tantas dificuldades, que quando se ouvem falar de algum projetos que podem beneficiar a comunidade, eles te colocam logo, todas as suas preocupações e dificuldades e é compreensível, porque o estado não faz nada e se surgir alguém que queira fazer algo por eles é normal terem essas atitudes. Porque se sentem famintos, com carências de uma vida melhor.

Papel do Estado nas comunidades rurais

O estado podia retirar 10% do seu orçamento e criar um fundo comunitário para fazer face aos problemas mais urgentes das comunidades rurais. No sentido de colmatar algumas lacunas não preenchidas pelo próprio estado.

O estado podia arranjar técnicos capacitados para a área de intervenção social, como forma de ajudar e dar uma outra visão aos jovens e não só, da comunidade. Também os técnicos de sensibilização para área de saúde e saneamento básico.

Incentivar os professores a deslocarem-se para áreas mais longínquas do país para dar aulas, levar outra visão as pessoas nas comunidades, outra realidade. Como por exemplo na comunidade de “ponta nobo”, estão a precisar urgentemente das pessoas capacitadas para áreas como por ex: saúde, transformação dos produtos agrícolas, educação, etc.

A importância das ONGs nas comunidades rurais

As ONGs para evitarem os resultados destas características, por exemplo de levar uma solução a uma comunidade e não tiver sucesso devido a falta de noção das coisas. Podiam corrigir essa falha, começando a pensar projetos a partir da comunidade, junto com a comunidade, para depois poder chegar a uma conclusão e solução que venha a ter sucesso.

Por fim proponho que comecem a reforçar o incentivo e sensibilização para áreas mais importantes, saúde e a educação, como forma de criar pilares na comunidade.

Pistas para nova investigação sobre este tema

Para estudos futuros seria interessante estudar a problemática enunciada, alargando a aplicabilidade do estudo, ou seja, aplicá-lo a diversas comunidades, de preferência de diversos setores para se poder analisar esta temática em diversos contextos e se tentar comprovar estas hipóteses num contexto mais amplo. Este estudo restringiu-se a uma comunidade, no qual, a investigadora se integra como um dos membros, o que poderá ter condicionado os resultados, tornando-se uma limitação para este estudo. Outra proposta para investigações futuras prende-se com a alteração do método como se fazem os projectos na comunidade, ou seja, utilizar o método qualitativo para desta forma se poder ter uma perceção mais direta do que as comunidades precisam e trabalharem em conjunto com elas. Criar mais projectos dessas características para que possam minimizar as dificuldades, e fazer auscultações junto as entidades, como as ONGs, Organismo internacionais, para perceber o que pensam sobre esta problemática e tentar enriquecer ainda mais um estudo deste tipo.

8-Bibliografia

Abílio Amiguiinho (2005), Educação em meio rural e desenvolvimento local, *em Revista Portuguesa de Educação*, pp. 7-43

AMARO, Rogério Roque (1992), “Iniciativas de Desenvolvimento Local – Caracterização de alguns exemplos”, Lisboa, ISCTE/IEFP.

AMARO, Rogério Roque, (2000a) “O Desenvolvimento Local como processo de “empowerment” in “As pessoas e o território: atas do colóquio internacional” Serpa, Rota do Guadiana.

Amaro, Rogério Roque. Henriques, Maria Clementina e Vaz, Maria Teresa (1992), *Iniciativa de Desenvolvimento Local. I.S.C.T.E /I.E.F.P*

AMARO, Rogério Roque, (2000b) “Desenvolvimento Local e Cidadania” in “II Seminário Internacional: Intervenção das Autarquias na Área Social no Início do 3º Milénio”, Coimbra, Fundação Bissaya Barreto.

Amaro, Rogério Roque (2004), *Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? - Da teoria à prática e da prática à teoria. Cadernos de Estudos Africanos.* Lisboa

Amaro, Rogério Roque (2009), “Desenvolvimento Local”, In Cattani, Antonio David et al. (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia.* Coimbra: Edições Almedina, 108-113.

CAPUCHA, Luís. (2005). *Desafios da Pobreza.* Celta Editora. Oeiras. COSTA, Alfredo. B. (Coord)., BAPTISTA, Isabel., PERISTA, Pedro., CARRILHO, Paula. (2008). *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo.* Gradiva. Lisboa.

COMITÉ Económico y Social de Las Comunidades Europeas. *Dictamen sobre el desarrollo local en la política regional comunitaria.* Bruxelas: CES, 1995.

E.V. Rodrigues, F. Samagaio, *A pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*, pp. 63-101

Fauré, Yves-A e Lia Hasenclever (2005), O Desenvolvimento Local no Estado do Rio de Janeiro – Estudos Avançados nas Realidades Municipais. E-papers Serviços Editoriais Ltda.

FERREIRA, Virgínia, “O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos”, in SILVA, Augusto S. PINTO, J. Madureira, Metodologia das ciências sociais, Porto, Afrontamento, 1986, pp. 165-195.

FREITAS, Eduardo; SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, Hábitos de leitura em Portugal: inquérito sociológico, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1992.

GHIGLIONE, R. & MATALON, B., O inquérito: teoria e prática, Oeiras, Celta, 1997.

Guerra C. Isabel (2006), Pesquisa Qualitativa e Análise do Conteúdo Sentidos e formas de uso, 1ª ed, Editora, Lda., Estoril, pp.8-83

Guerra, Pablo (org.) (2007), “¿Cómo denominar a las experiencias económicas solidarias basadas en el trabajo? Diálogo entre académicos latino-americanos acerca de la polémica conceptual”, *Otra Economía, Revista Latino americana de Economía Social y Solidaria*.

HILL, Manuela Magalhães e HILL, Andrew HILL, Investigação por questionário, Lisboa, Edições Sílabo, 2002.

Isabel. M, Mário P. (2005-2015) Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável, 1ª edição, p.18

Jesus, Pablo (2003), “Desenvolvimento Local”, in Antonio David Cattani (org.), *A outra economia*. São Paulo: Veraz Editores, 72-75.

KI-ZERBO JOSEPH (2006), Para Quando a África, ed. Campos das letras, pp. 1-196.

Lechat, Noëlle Marie Paule (2005), *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil* [Em linha], Leituras cotidianas, 152. Acedido em 24 de Fevereiro de

LIMA, Marinús Pires de (1981), Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia, Lisboa, Presença.

Marconi e Lakatos, (1999), Técnicas de pesquisa: planeamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa e elaboração, análise e interpretação de dados, ed. Atlas S.A

MORENO, Luís (2002) “Desenvolvimento Local em Meio Rural: Caminhos e Caminhantes”, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras

PEREIRINHA, José. A., NUNES, Francisco., BASTOS, Amélia., CASACA, Sara. F., FERNANDES, Rita., MACHADO, Carla. (2008). Género e Pobreza: Impacto e Determinantes da Pobreza no Feminino. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Lisboa. SILVA, Man POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Trad. Fanny Wrobel. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.uela.

REIS, José (1998a). Uma nova política pública: o desenvolvimento local. *A Rede*, Edição Especial, pp.32-33.

REIS, José (1998b). Interior, desenvolvimento e território. In J. M. Pinto & A. Dornelas, *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp.77-86.

ROZAS, G. Pobreza y desarrollo local. In: Excerpta, Universidade do Chile, n. 7, 1998. (Na Internet: <http://rehue.csociales.uchile.cl>)

Santos, Henrique, (2002) Desenvolvimento Comunitário Vs Educação: *Duas faces da mesma moeda? em Cadernos de Educação de Infância*, pp.1-6

Santos, José Geraldo dos Reis (2007), *Desenvolvimento Local: qual a margem de manobra?*, Conjuntura & Planeamento, 157, 26-36. Acedido em 10 de Junho de 2008, em http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/conj_planejamento/pdf/c&p157/26_desenv_local.pdf.

Sérgio C. Bauarque (1999), Metodologia do Planeamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável

Shneider, Sergio. (2011) A contribuição de Polanyi, Karl para a sociologia do desenvolvimento rural, em sociologia, Porto Alegre, pp. 180-219.

Singer, Paul (2004), “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Porto: Afrontamento, 71-107.

http://www.jstor.org/stable/41008187?seq=1#page_scan_tab_contents

<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12340/1/Tese%20Completa.pdf>

<http://site.fcab.br/wp-content/uploads/2014/09/RCA-V01-AN%C3%81LISE-CONCEPTUAL-E-ABORDAGEM-TE%C3%93RICA-DO-DESENVOLVIMENTO.pdf>

https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21380/1/Tese_Mestrado_M%C3%A1rio_Fidalgo_set2012.pdf

<file:///C:/Users/Maria%20Amado/Downloads/R37.pdf>

http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03_07.pdf

<http://www.scielo.br/pdf/rae/v32n2/a03v32n2.pdf>

http://cirandas.net/articles/0030/2526/carta_de_principios_do_FBES.pdf

<http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/jornalpl31.pdf>

Ver bibliografia nesse site

<http://www.jornaldomauss.org/periodico/wpcontent/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>

<https://pt.slideshare.net/mscabral/o-processo-de-recolha-de-dados-entrevista>

<http://www.scielo.br/pdf/rae/v32n2/a03v32n2.pdf>

Anexo

Anexo 1-Cronograma

Setembro-Janeiro Revisão da literatura Definição dos conceitos, Objeto de estudo de caso e enquadramento teórico Definição da metodologia	Janeiro-Março Desenvolvimento do projeto no terreno, com base nos conceitos e nas metodologias já pré-definidas	Abril-Junho Análise e interpretação dos resultados. Conclusões do estudo, e perspectivas futuras
--	---	---

Anexo 2-Fichas de Registos

Questões ou Dimensões de análise	Ideias chaves	Entrevistado A	Observação do investigador
Perguntas de caracterização da comunidade “ponta nobo”	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Dificuldades Vivenciada na comunidade ❖ Causas da pobreza ❖ Qualidade de vida ❖ Trabalho diário ❖ Sistema educativo 	<p>Nas comunidades rurais necessitam de “tudo” em relação aos serviços básicos, devido a falta de presença de Estado, por ex: na área de saúde, educação e entre outros. Acabam por sofrer e sentir mais a presença de pobreza do que nas zonas urbanas.</p> <p>As principais causas de pobreza, insere-se na falta de políticas direcionadas a zonas rurais, por ex: falta das infraestruturas, vias de acessos, que permitem o escoamento dos produtos e também</p>	<p>Sou da opinião semelhante em relação a abordagem do entrevistado A, em relação as suas respostas e comentários a todas as perguntas. Mas acho que tem que haver prioridade em relação aos problemas que afetam as nossas comunidades e o país todo. Por</p>

		<p>permitir a ida das pessoas para lá. A falta dos projetos, êxodo rural, a perda dos jovens para cidade.</p> <p>Têm uma qualidade de vida pobre devido a falta de segurança alimentar, GB é o segundo país mais vulnerável a mudança climática. Também a falta de informação com conservar os produtos e como proteger das pragas que as vezes assolam as plantações.</p> <p>Em relação ao trabalho diário nessas comunidades acaba por ser precário, devido a falta da diversidade dos trabalhos, quem é lavrador vai sempre a “bolanha”, e é sempre esta a sua rotina. Por isso que muitas das vezes, acaba por haver a fuga dos jovens para cidade por falta de opção. Por falta de perspectiva de crescimento. Ainda há muita carência de ajuda nesse sentido, a falta de modernismo no trabalho, inovação.</p> <p>O sistema educativo vivenciado nesta e provavelmente nas outras, são bastante lamentáveis. Segundo convenções internacionais não pode existir uma escola mais de 1.5km no máximo 2km. Na GB temos</p>	<p>exemplos começar com serviços das primeiras necessidades.</p> <p>Primeiramente o Estado deve se preocupar com saúde fome e educação só mais nada. Se em Bissau as pessoas continuam a morrer por causa de fome e doenças sem sentidos, imaginem nas zonas rurais. O Estado deve criar um fundo de emergência no orçamento de Estado no valor de 15% do rendimento anual do país, para garantir segurança alimentar e saúde a toda população do país. É nisso que o Estado deve começar a trabalhar e investir mais. Creio que para que todos trabalhem em prol do desenvolvimento de qualquer comunidade ou país,</p>
--	--	---	--

		<p>caso até de 50km, então não estão a cumprir com a lei. Nas comunidades as crianças correm risco de serem atropeladas devido a distância percorrida para irem para escola, chegam na escola cansadas e com fomes, que aproveitamentos vão ter na aula. Há falta de escolas, falta de professores e o próprio sistema de ensino precisa de ser repensada.</p>	<p>as pessoas devem estar numa condição forte e saudável.</p>
<p>Papel do Estado no desenvolvimento local das comunidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Relação entre Estado e comunidade ❖ Incentivar projetos locais ❖ Investimento do sector público ❖ Garantia dos apoios especializados ❖ Sistema de saúde e saneamento básico 	<p>Normalmente considera que, povo de qualquer país tem o direito de ter: educação, saúde e moradia; justiça também é primordial. Tudo que é essencial para manter um país e uma comunidade não existe. Como é possível ter uma comunidade sem hospital, escola e nem um tribunal. Não se fala no sistema prisional na GB porque não temos. Se essas dificuldades existem na capital imaginem nas zonas rurais do país. Temos défices em todas as áreas, principalmente na área de saúde e a educação. O Estado está bastante em falta com as nossas comunidades rurais.</p> <p>O Estado pode e deve incentivar mais projetos locais, porque nem sempre o Estado consegue chegar a todos, então as ONGs, servem da mão invisível do Estado nas zonas</p>	<p>O país todo está carente da presença do Estado em todos os sentidos, por isso na minha opinião o Estado deve começar a marcar mais presença, principalmente nas zonas mais necessitadas (zonas rurais). Começar a satisfazer as necessidades básicas, por ex: construção de posto médico, água, energia, escolas. São coisas que fazem mais falta nas comunidades locais. Muitas das vezes</p>

		<p>onde ele não chega. Também deve garantir apoios para realização desses projetos. As ONGs, estão mais presentes nas comunidades rurais do que o próprio Estado.</p> <p>Quanto ao investimento do sector público, o Estado devia criar um fundo estatal para apoiar projetos nas comunidades locais. Também o Estado deve acompanhar esses trabalhos, não é só financiar, mas acompanhar o processo, controlar de uma certa forma, de como será injetado o dinheiro. As ONGs acabam por receber mais apoios internacional do que apoio nacional. Também é um fator que deve ser repensado.</p> <p>O sistema de saneamento básico, é algo que muita gente desconhece no interior do país e mesmo na capital. As pessoas estão habituadas a construir as suas latrinas e sem pensarem no esgoto. A falta de capacitação e conhecimento, leva a esses tipos de comportamento. Nas zonas rurais, muita gente estão habituadas a prática de defecação ao ar livre. É preciso uma sensibilização a essas pessoas, para perceberem as consequências que essa prática tem para a sua saúde.</p>	<p>elas tentam colmatar essas lacunas por conta próprias, as vezes conseguem outras vezes não. Algumas com ajuda das ONGs financiados pelos organismos internacionais, conseguem satisfazer algumas necessidades básicas, por ex: no caso água, escolas, etc.</p>
--	--	--	---

<p>Perguntas sobre projeto</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Ensino Secundário ❖ Papel das ONGs ❖ Formação e capacitação das pessoas para área de intervenção local ❖ Colaboração de todos na comunidade ❖ Nova economia, economia solidária ❖ Perspetiva futura 	<p>Faz sentido sim construir as escolas, desde que existem aluno que justifique essa construção. Também deve haver formação e capacitação dos professores para tal. Isto tudo, para evitar que os alunos andassem km de distância para irem para escola.</p> <p>Em todas as áreas, as ONGs tem tido papel fundamental, nas muitas comunidades alegam a presença das ONGs. Creio que sem elas, a situação estaria pior.</p> <p>Obviamente seria uma mais-valia, capacitar as pessoas para área de intervenção. Com a formação dos jovens no domínio da intervenção local, terão uma outra visão. Outra forma de olhar a sociedade. Isso ajudaria a comunidade a repensar os seus costumes e esses jovens não acabam por intervir só nas suas comunidades, acabam por redes de intervenções em várias comunidades, isso ajuda no desenvolvimento da comunidade.</p> <p>Quanto a colaboração de todos os membros da comunidade é fundamental sim, por uma comunidade coesa, consegue ser forte e sólido nas suas decisões.</p>	<p>Realmente este projeto não tão inovador, mas será enriquecedor se vingar. Tem tudo para ser um projeto de sucesso, por país está precisar, as comunidades locais precisam deste projeto. É projeto voltado para desenvolvimento comunitário/local, tudo que toca com desenvolvimento é bem-vindo para o nosso país, porque estamos a precisar e muito. Há muita carência deste tipo de projeto na nossa sociedade. Também há falta de apoio e incentivo por parte do nosso Estado nesse sentido. Mas darei o meu melhor para tornar este projeto possível, com a garra e determinação, conseguirei.</p>
--------------------------------	--	---	--

		<p>Não se enfraquece facilmente.</p> <p>A economia solidária é um termo novo que muita gente desconhece e não é tão vulgar ainda. Houve uma formação feita na Tiniguena sobre economia solidária em busca criativa, algumas pessoas do INEP foram participar. Mas não é algo que se fala muito no país. Por isso, quando se vai alar disto a pessoas da comunidade, primeiramente deve-se explicar o que significa e como pode ser benéfico para comunidade. É um conceito muito interessante.</p> <p>Perspetiva futura, na minha opinião, é um projeto não inovador, mas que se vingar, vai trazer algo muito benéfico para comunidades e não só, para o país inteiro. Porque há uma carência enorme de uma unidade de conservação de produtos no país. Quando se consegue conservar produtos, isso vai incentivar aumento a produção, consumo saudável, e vai impulsionar crescimento da economia do país.</p>	
--	--	--	--

Anexo 3-Breve resumo das entrevistas

Em termo geral todas as comunidades acabam por sofrer problemas idênticos da comunidade em estudo.

Podemos elencar alguns:

Baixo do nível escolaridade;

Falta de infraestrutura básica: Estradas, Escolas, Centro de saúde etc.;

Falta de acesso aos serviços de saúde

Alto nível de pobreza, devido a falta de diversificação de mão-de-obra;

- ✓ Falta de acesso a infraestrutura escolar, considerando que a escola é um pilar e sobretudo para os adultos que têm maiores demandas.
- ✓ Água potável (Houve grandes programas, mas sem sustentabilidade por causa da falta da manutenção e falta da existência de mercado de peças sobressalentes de bombas);
- ✓ Dificuldade de utilização de recurso terra para produção de géneros alimentícios (Informação e vulgarização dos diferentes cultivos que existe no país, tipo de solo e quando deve ser cultivado)
- ✓ Plantação para criar capital e não para fazer alimentação Ex: Troca de castanha de Caju para arroz

Alternativa para o desenvolvimento;

As principais causas destes problemas são várias, mas podemos elencar algumas:

O problema da pobreza da GB pode ser caracterizado como problema estrutural, a má distribuição da riqueza, a desestruturação do próprio país. Para erradicar a pobreza, os recursos devem ser bem explorados e distribuídos. Também a centralização de todos os sistemas na cidade Bissau, falta de vias de acesso a essas comunidades, contribui

também para que a pobreza intensifique-se cada vez mais, porque não permite o escoamento dos produtos locais.

Falta de investimento nas infraestruturas sociais;

Falta de emprego;

Falta de oportunidades de várias ordens;

Em suma, não existe presença de estado nas zonas rurais.

* Falta de sustentabilidade, segmento e orientação agronômica

* Mudança de comportamento e atitude alimentícia (vária alimentação dependendo da época

O que deve ser feito, seria a maior presença de estado, de modo a fazer investimentos nos programas sociais, também enveredar para as eleições autárquicas.

A qualidade de vida das pessoas do campo normalmente, costuma ser bastante precário

A qualidade de vida piora cada dia por falta de produção de arroz e outros tubérculos e raízes

* Dominações do mercado pelo estrangeiro que não se comprometem com a qualidade de vida da nossa população.

Para melhorar as condições de vidas das pessoas, como forma de diminuir a pobreza, em primeiro lugar, o país deve conhecer a estabilidade política. As pessoas devem consumir, mas pensar na geração futura, renovando e conservando as plantações, mas para isso há que haver estabilidade política. Também é necessária uma organização e estruturação na sociedade, deixar os mais capacitados governarem o país. Deve haver políticas públicas bem definidas por parte do Estado. São necessárias políticas direcionadas a zona rurais.

São comunidades munidas de potencialidades agrícolas, mas que precisam modernizar os seus métodos de produção. Muitas das vezes produzem tanto, e acabam por perder muitos produtos por falta de escoamento, também as vezes por questões climáticas, GB

é o segundo país mais vulnerável a mudança climática, pragas que assola constantemente as plantações. Isso acontece frequentemente, por falta de uma política de fiscalização, direcionada a essas comunidades, para sensibilizar e capacitar os agricultores, na forma como evitar a propagação de praga nas suas plantações. São pessoas que não têm grande poder de compra, são muito dependentes das suas produções, quando acontece essas pragas, põe em risco as suas seguranças alimentar.

É preciso que as pessoas partam para as comunidades locais, para vivenciarem as dificuldades que atravessam, só assim terão a noção da realidade de vida dessas pessoas. É necessário um comprometimento em ambas as partes. Havendo projetos locais em vários sentidos, poderá encadear um desenvolvimento sustentável. Onde geração futura usufruirá com a preservação dos alimentos, deixados pela geração anterior.

Em jeito de uma avaliação, da qualidade de vida dessas pessoas, da forma como vivem, têm uma qualidade de vida bastante péssima, são pessoas mais penalizadas, porque não se vê a presença do Estado. Falta das políticas direcionadas a comunidades locais, tornam essas pessoas duplamente vulneráveis, devido ausência gritante por parte do nosso Estado. Uma coisa é serem vulneráveis outra é serem colocadas nessa vulnerabilidade. A qualidade de vida não é do melhor, a taxa de mortalidade infantil acaba por ter uma percentagem intrigante, devido a falta de política de assistência as mulheres grávidas na comunidade. É necessário urgentemente projetos com objetivo de desenvolver as comunidades locais.

Com todos os problemas, as pessoas da comunidade consideram que estão a viver bem naquelas condições, isso porque, se calhar ainda não tiveram a oportunidade de conhecerem outros lugares, não têm oportunidade de terem um televisão em casa, ou frigorífico, melhor saúde. Eles creem que a medicina tradicional é melhor, algumas ainda negam acreditar que existem outras doenças que podem afetá-los. Têm crenças e tradição de como proteger algumas doenças, realizando algumas práticas tradicionais, acreditam com isso não serão afetados por outras doenças. Muitas das vezes as pessoas acabam por morrer nessas condições, quando a cura tradicional não deu resultado. Também em alguns casos, é por falta de postos médicos, noutros casos é por causa da crença tradicional. Qualidade de vida nessas comunidades é consideravelmente baixa, qualquer epidemia é capaz de dizimar a comunidade inteira. É uma população bastante vulnerável.

Relativamente ao trabalho diário dessas pessoas, o que possa dizer é que, as mulheres são as principais vítimas em todo grupo étnicos (levantam mais cedo e dormem mais tarde independentemente das suas idades e são os que produzem mais para alimentação da família)

* Mais envolvimento dos homens na produção da segurança alimentícia da família

Por falta de escolas, melhor trabalho, e falta de opção, por ser o mesmo tipo de trabalho ano todo nessas comunidades, origina a fuga de jovens para cidade. Acabam por ganhar a consciência de que, continuando nessa situação não terá futuro melhor, ou de atingir um nível mais alto. Não veem perspectiva de crescimento. Ao acontecer isso, faz com que a comunidade passa a carecer de uma mão-de-obra, de braços fortes para levantamento “Ourique” para evitar que água salgada estragasse as “bolanhas”, também no trabalho de plantação de arroz, corre risco de ser comunidade envelhecida. Mas o trabalho é bastante precário. É necessário uma capacitação a essas pessoas, para conhecerem novas formas de produção e sobrevivência. Muitas das ONGs, já estão a trabalhar no sentido de afixar os jovens nas suas comunidades. Dão formações e capacitam esses jovens na forma de incentivá-los no sentido que podem ser úteis as suas comunidades, Por ex: projeto de VIH SIDA, onde jovens da comunidade receberam formação e capacitação e passaram a trabalhar na sensibilização das pessoas na comunidade, e têm os seus ordenados. Existem vários projetos na GB, de UE, CDEAO e de Nações Unidas, mas são do organismo internacional, projeto Estatal é praticamente inexistente. Isso contribui também para agudizar ou fomentar ainda mais a pobreza.

O sistema educativo numa forma geral no país é precaríssimo, sendo assim, começando desde os professores que são mal preparados, até as condições sociais dos alunos em suas casas, que muitas das vezes não conseguem se alimentar o mínimo para ter o tempo de ir a escola, muito menos se sentar em casa para estudar as lições dadas. Por parte dos professores, também vivem numa situação de penúria total.

Também há que haver uma mudança em relação ao nosso sistema de ensino:

* Devemos implementar métodos diferentes dos europeus no que diz respeito a época escolar (setembro à abril para podermos ter melhor qualidade na educação)

* Exigir os professores do ensino básico com nível no mínimo 12 ano do liceu

É necessário urgentemente repensar o nosso sistema de ensino, o método educativo é bastante precário na capital do país, imaginem no interior, nas zonas rurais. Segundo convenção internacional, a distância admitida de uma escola no máximo é de 2 km. As crianças andam mais de 5 km para irem para escola, e ainda com fome, como é que uma criança nessas condições consegue absorver conhecimento. Por outro lado temos défice das escolas, dos professores. Encontram licenciados a darem aulas aos licenciados em Bissau, nas comunidades encontram pessoas com 4ºano a darem aulas as pessoas de 3º ano. Qual é o preparo dessas pessoas para darem aulas. Depois de 43 anos de independência se não me falha a memória, ainda estamos a pensar no método educativo. Enquanto noutros países estão a pensar, como no caso da Finlândia, Islândia, países com melhor sistema de ensino mundo, já estão a pensar na forma de deixar de ter matéria fixa. Já há muito tempo que o nosso sistema de ensino, não está a dar respostas positivas. Hoje em dia estamos a ter formados analfabetos, vários licenciados na GB, não sabem escrever e nem ler direito de acordo com seu nível académico. Mas isso, é uma falha do ministério de educação. Para há que repensar o país, para ver onde é que falhamos, para corrigir essas falhas, para bem do desenvolvimento do país.

Falta da presença do governo nas comunidades locais

É importante focar, realmente nas zonas rurais, tendo em conta as suas vulnerabilidades em todos os sectores. Por outro lado, não só desenvolvimento de projetos, mas sim programas para cobrir diferentes problemas e riscos existentes. Sabem que os projetos tem tempo de vida curto enquanto programa demora mais tempo. Além destes acima apontados, também o próprio estado tem que estar presente em outras ações mais duradouras.* Nas zonas mais remotas não se sentem a presença do estado e em algumas zonas próxima isso não é verificado por causa da política local (acessibilidade a comunidade). Se na capital as pessoas se sentem ausência do Estado, através de falta de justiça, falta de luz e água. Não se fala do sistema prisional na GB porque não o temos. Se na capital sentimos isso, imaginem nas zonas rurais. Maioria das pessoas das zonas fronteiriça, não se identificam com o nosso Estado, porque não sentem presença do estado. Acabam por se identificarem mais com países como Senegal e Guiné Conacri,

porque é lá, que vão as consultas, as escolas, é lá que satisfazem as suas necessidades do dia-a-dia. Tanto assim que não se interessam com os problemas do país, não participem nos votos eleitorais. Identificam mais com problemas e sistemas eleitorais dos países já referida anterior.

Investimento do Estado em comunidades rurais

O investimento do Estado na GB é bastante pouquíssimo, o Estado preocupa-se em pagar salário e algo mais. As ONGs fazem mais do que Estado. Vários postos médicos, saneamento básico, escolas (cantina escolar), são feitos por vários projetos, não de iniciativa de estatal, mas das ONGs. O nosso estado costuma alegar falta de fundos para realizar ou apoiar projetos de carácter social, desenvolvimento local. Mas todos estão ciente disso, é só questões de controlo, o Estado tem capacidade para apoiar projetos sim, e têm poder económico para tal. O Estado deve criar um fundo de incentivo a projetos locais. Numa situação normal o nosso é capaz de financiar projetos de jovens com vontade de fazer algo para desenvolvimento do país. Existe falta de comprometimento do nosso Estado com projeto local, qualquer jovem já tem noção que para conseguir financiamento a seu projeto, já sabe a quem deve recorrer (organismos internacionais). Porque o nosso estado não faz nada quanto a isso.

Falta de eleições autárquicas, escassez de recursos por parte de estado, as comunidades locais estão a mercê das suas sortes porque não há investimentos nas zonas rurais, como já referi em uma das passagens deste documento, o único investimento vem dos projetos de desenvolvimento, o que é muito insuficiente tendo em conta as demandas das comunidades.

* Devemos considerar a política do desenvolvimento local (envolvendo todos os atores que intervém diretamente nas comunidades)

* O desenvolvimento da Guiné-Bissau deve ser virado para interior devido o congestionamento no Sector Autônomo de Bissau (Fazer os últimos os primeiros)

Apoio especializada a comunidades locais

Investimento no sector público nas comunidades

* Provendo investimento do sector público à organização da sociedade Civil – OSC (para construção das escolas, hospitais...)

* Parcerias com Igrejas

* Implementação da autarquia local

A situação de saúde e saneamento dos pais em geral estão numa situação caótica, imagina das comunidades remotas, aquilo nem se fala, ou seja não há sistema de saúde que funcione somente com um médico e um enfermeiro, cobrindo por exemplo umas 20 ou 30 mil pessoas. O saneamento básico não existe porque não há casas de banho e nem valas para escoamento de esgotos. O que existe é uma salganhada dos dois sistemas. Falta de rede de saúde, de esgoto, muitas pessoas não têm noção na comunidade local o que é saneamento básico, Não temos sistema de esgoto, não há nenhum projeto na câmara, nas obras públicas uma rede de esgoto, porque para isso, terá que ter centrais de tratamento desses esgotos. As pessoas deitam lixos onde der, nas comunidades temos problemas de defecação ao ar livre. Nas zonas rurais as pessoas, já estão habituados a irem a mata fazer a defecação, no capital, estão habituados a construir as suas latrinas, com esgoto precário, que acaba por em causa a questão de saúde.

Muitos projetos, mas sem sustentabilidade

* Reativação e investimento em agente de saúde comunitária porque existe recurso humano que estão estáticos.

As ONGs tem complementado o Estado no desenvolvimento comunitário, ou até muitas vezes substitui Estado em certas comunidades. Devido a ausência total do Estado, a população caba vendo nas ONGs como alternativa e muitos até confundem ONGs com o próprio Estado. O desenvolvimento comunitário da Guiné-Bissau, praticamente é feito através das ONGs em todos os domínios. Têm tido papel bastante louvável, em muitas comunidades se ouve dizer, isto é feito por tal ONG e aquela também e a outra seguida assim sucessivamente. Se não for as ONGs, a situação no país seria bem pior.

* Maiores promotores de desenvolvimento comunitário porque são essas organizações que chegam onde o estado não chega.

* Os técnicos dos Ministérios de Saúde Pública em muitos dos casos faltam a informação que são munidos pelas Organizações da Sociedade Civil

Faz todo o sentido, incentivar, motivar as pessoas a darem formação e capacitar mais gente para área da intervenção local, como forma de dar continuidade a trabalhos locais. E é de extrema importância, porque formação dessa característica, torna mais fácil e eficaz a intervenção desses jovens nas suas comunidades. E há algo de importante nisso, porque quando as pessoas da comunidade, perceberam que as pessoas pretendem prestar os seus apoios a desenvolverem as suas capacidades, eles acabam por abraçar a causa. Isso é bastante útil, porque ajudam-lhes a repensar os seus hábitos, costumes e tradições. Ao capacitá-los para esta área, desenvolvem outras visões e noção que nem todas as coisas que consideravam normais, os são, e ainda estarão aptos para defenderem os seus direitos, e de verem com outros olhos a forma de alcançar um potencial desenvolvimento.

É evidente que é necessário a colaboração e a união entre líderes religiosos e tradicionais para o próprio bem das comunidades locais. Cada comunidade tem a sua forma de organização, e cada um desses líderes tem a sua competência e a sua voz. Se todos congregarem numa só voz, contribui bastante para uma relação saudável na comunidade. Mas se todos estão a buscar ter poder superior a outro, será uma comunidade devida e conflituosa. Isso dificultará o desenvolvimento para o bem comum de todos

Nem toda gente está ciente do que é economia solidária na GB, havia uma formação que estava a ser feito sobre economia solidária e em busca criativa, foi feita em Tiniguena, algumas pessoas do INEP participaram.

A economia solidária é um conceito ou termo novo para prática já bem antiga na Guiné-Bissau, está cada vez mais patente. Mas ainda é preciso uma capacitação das pessoas sobre esse conceito, será bastante importante. Por exemplo: as produções que as pessoas fazem no campo, imaginemos se todos contribuíssem numa produção maior, contando com colaboração de todos e no final houver uma repartição equitativa dos ganhos para

todos. Contribui numa relação boa entre as pessoas, na criação de uma comunidade homogénea forte e também num desenvolvimento sustentável. Há um exemplo de “abota” bem latente na nossa sociedade. Mas é uma prática feita mais pelas mulheres, mas hoje em dia os homens estão a aderir em massa esse tipo de prática, por ex: há até “abota” de cadeira que homens fazem. Esse sistema de “abota” tornou-se tão comum que até banco BAO, adotou o sistema, todos os seus clientes participam nessa “abota”.

Perspetiva futura para com este projeto,

- * Devido a importância do trabalho no terreno, a perspetiva é envolver mais comunidades da intervenção

- * Introduzir Atividades Geradoras de Rendimento – AGR e alfabetização nas comunidades.

Para solucionar todos problemas elencados da comunidade

É necessário e urgente alfabetizar as crianças, criar condições para os professores que saem do capital para interior dar aulas. Fazer uma reunião prévia com essas pessoas, como forma de mantê-los na comunidade. Porque muitas das esses professores são esquecidos, e eles acabam por não adaptar a vida do campo e sem ajuda do Estado acabam por abonar o local. A educação é melhor arma para desenvolvimento, então é aí que devemos atacar e trabalhar mais, para impulsionar o crescimento do país.

Futuramente, é um projeto que trará algo mais para país. Porque verifica-se uma carência de conservação dos produtos agrícolas. As pessoas produzem tantos, e não ganham nada, vê-se muitas vezes porcos a comerem mangas, caju, batatas, etc., por falta de via de acesso para escoamento dos produtos e de capacidade de conservações e de transformações de produtos. Se este projeto concretizar, e ser implementado terá benefícios para todo o país e não só produtores. Com a fábrica de conservação as comunidades locais serão maiores beneficiados, mas não só a elas, porque toda a população estará a comer produtos naturais mais saudáveis, e ao consumir os nossos produtos estaremos a incentivar a produção, crescimento local e crescimento económico no país.

Anexo-4. Algumas imagens das pessoas da comunidade em estudo